



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

RAQUEL DE JESUS FREITAS

**TELEJORNAL POLICIAL: FORJANDO AS IMAGENS DO CORPO-ALVO DA
CRIMINALIZAÇÃO E DO EXTERMÍNIO**

Belém/PA - 2022

RAQUEL DE JESUS FREITAS

**TELEJORNAL POLICIAL: FORJANDO AS IMAGENS DO CORPO-ALVO DA
CRIMINALIZAÇÃO E DO EXTERMÍNIO**

Trabalho apresentado como requisito parcial para
obtenção de título de Licenciado(a) em Ciências
Sociais pela Universidade Federal do Pará, sob
orientação da professora Dr^a Nelissa Peralta
Bezerra

Belém/PA - 2022

Freitas, Raquel.

Telejornal policial: forjando as imagens do corpo-alvo da
criminalização e do extermínio / Raquel Freitas. — 2022. 60 f.: il.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Nelissa Bezerra Peralta

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade

Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,

Faculdade de Ciências Sociais, Belém, 2022.

1. Telejornal policial. 2. criminalização. 3. racismo. 4. autoritarismo.

RAQUEL DE JESUS FREITAS

**TELEJORNAL POLICIAL: FORJANDO AS IMAGENS DO CORPO-ALVO DA
CRIMINALIZAÇÃO E DO EXTERMÍNIO**

Trabalho apresentado como requisito parcial para
obtenção de título de Licenciado(a) em Ciências
Sociais pela Universidade Federal do Pará, sob
orientação da professora Dr^a Nelissa Peralta
Bezerra

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a. Nelissa Peralta Bezerra
Orientadora - UFPA

Prof^a Dr^a. Marilu Marcia Campelo
Examinadora interna - UFPA

Prof Dr. Jean Francois Yves Deluchey

Examinador interno - UFPA

Com toda ternura, amor e saudades que há mim,

para minha mãe Rosimeri Mota Oliveira de Jesus.

AGRADECIMENTOS

Durante a trajetória da graduação algumas vezes me peguei imaginando como seria o momento desta escrita, pensava na emoção, nas palavras e nas pessoas, uma ansiedade me consumia revelando a tamanha importância desta conquista - coletiva. E por ser construída por tantas mãos, tantas ajudas e por anteceder até mesmo minha própria existência que aqui tento em palavras agradecer por tanta sorte de nunca ter ficado só nesta caminhada.

“Vai estudar pra tu não tá humilhada lavando privada dos outros”, com o tom forte e de alerta minha mãe muitas vezes me influenciou aos estudos, como quem aponta uma única saída de salvação, me direcionou a fugir do quarto da empregada onde vivemos juntas parte de nossas vidas, onde senti na pele o lugar de subalternidade que destinam a mulheres negras e que, pelos seus esforços em me dar todas as oportunidades que não teve, me fez mais uma sobrevivente do inferno. Aqui estou!

Agradeço a minha mãe Rosimeri Mota de Jesus por ter iniciado esta caminhada comigo, mesmo hoje não estando em corpo, mas como minha ancestral, agradeço em sua memória e trajetória. Nada foi em vão, meu eterno e grande amor.

Por falar em amor, agradeço ao meu companheiro (de tudo), Markus Venicius, pela parceria, incentivo, por ser meu porto seguro, por ser os braços que me seguram mesmo quando parece que não há mais chão embaixo dos meus pés. Te amo thucoBaby.

Aos meus sogros Vanoni Amoras e Edinei Ferreira, agradeço pelo acolhimento familiar, direcionamentos e apoio. Essa vitória é nossa. Amo vocês.

Das amigas, agradeço às Lolitas que estiveram presentes desde a jornada do cursinho, todas as meninas cada uma no seu corre me inspiram a jamais desistir e da importância de ter com quem ir reclamar. Aqui nomeio meu parceiro de fuga e grande amigo Cleyton Barbosa, obrigada mano por desde o cursinho me acompanhar da parada de ônibus, por ser parceiro de incentivo e me salvar em tantas situações.

Ao Grupo de apoio: mais uma!, o que seria dessa jornada sem as sextas no bar da rosa, sem as risadas na escada do mirante, sem as fanfics amorosas do Erick e no meio das agonias puxar o bonde e fazer acontecer o salvamento de semestre.

Agradeço imensamente a Renan, Yves e Alicia amigas feitas dentro do movimento estudantil que ultrapassaram as barreiras da política e se firmaram em trajetórias de apoio, incentivo e afeto. Eu os amo.

Agradeço a Prethay pela amizade fortalecedora, parceria acadêmica, levantadas de moral, sobretudo, te agradeço pelo amor e acolhimento. Te amo!

Aos feios Mateus, Joyce, Jhessica e Dalton parcerias fortalecidas no último ano da graduação que foram essenciais para a continuidade dessa jornada.

Entre as pessoas que mais merecem agradecimento aqui destaco a minha orientadora, a minha profa Nelissa, exemplo de profissional e humanidade. Seus ensinamentos, acolhimentos e orientações são pilares da minha trajetória até aqui. Agradeço por acreditar e incentivar em momentos que eu mesma queria desistir, por ter um brilho nos olhos que inspiram a prática da intervenção constante na realidade através das ciências sociais, pela paciência e sensibilidade de acreditar que os alunos podem e devem ser maiores que as todas circunstâncias da realidade. Obrigada profa por me fazer acreditar que é possível.

Lembro também das minhas gatas, Chi chi e Latika, companheiras das madrugadas silenciosas de escrita e que não foram solitárias pela presença fofa e calmante das suas companhias.

Olhando esta tela me recordo da rifa feita em período pandêmico para compra do notebook em que escrevi esta pesquisa, um feito possível pela coletividade e que esta nunca me falte.

Há muitos mais nomes que compõem esta trajetória, a todos minha eterna gratidão.

Tudo que nós tem é nós!

“Desde pequeno geral te aponta o dedo, no olhar da madame eu
consigo sentir o medo, cê cresce achando que cê é pior que eles
Irmão, quem te roubou te chama de ladrão desde cedo
Ladrão
Do alto do morro, rezam pela minha vida
Do alto do prédio, pelo meu fim
Ladrão”

(Djonga, HAT-TRICK)

RESUMO

O principal meio de comunicação no Brasil ainda é a televisão aberta, presente em 91% dos lares brasileiros. A mídia corporativa tem poder de definir a agenda pública. Os telejornais policiais especializados em notícias de crime e violência estão entre os programas com mais alta audiência dando hiper-visibilização a crimes e delitos ligados à "guerra às drogas". A hipótese deste trabalho é que esse fenômeno midiático promove uma ideologia da criminalização da periferia e seus moradores, por meio da classificação, hierarquização e estigmatização dos seus corpos e territórios e que existiria uma associação entre a frequência com que assistem os telejornais policiais e a adesão às suas narrativas autoritárias e punitivistas. A pesquisa foi realizada com abordagem qualitativa e quantitativa. Foram assistidas, transcritas e analisadas qualitativamente um total de 40 matérias do telejornal policial Balanço Geral-PA, exibido pela TV Record Belém no período entre Março e Junho de 2020. Os dados quantitativos foram levantados por meio de um *survey*, utilizando questionário auto-aplicado com moradores da região metropolitana de Belém, contando com a amostra final de 178 participantes. A partir da quantificação do nível de concordância com certas afirmações, foram construídos dois índices que mediam o nível de medo e o nível de propensão a posições autoritárias entre os integrantes da amostra. A amostra final contou 31 respondentes que foram considerados telespectadores de jornais policiais por terem respondido que assistem tais programas "muitas vezes por semana". Os resultados apontam que entre aqueles telespectadores assíduos, a concordância com afirmações autoritárias é muito maior do que entre os que não assistem. Conclui-se que as narrativas acerca da violência evidenciada nos telejornais contribuem para a propagação do autoritarismo e do punitivismo entre os telespectadores, que por sua vez, permitem o apoio da opinião pública a políticas de segurança pública que atacam Direitos Humanos e ameaçam a democracia.

Palavras chave: Telejornal Policial; Criminalização; Racismo; Autoritarismo

ABSTRACT

The main means of communication in Brazil is still open television, present in 91% of Brazilian homes. Corporate media have the power to set the public agenda. Police television news specialized in crime and violence news are among the programs with the highest audience, giving hyper-visibility to crimes and offenses linked to the "war on drugs". The hypothesis of this work is that this media phenomenon promotes an ideology of criminalization of the periphery and its residents, through the classification, hierarchization and stigmatization of their bodies and territories and that there would be an association between the frequency with which they watch police television news and adherence to their authoritarian and punitive narratives. The research was carried out with a qualitative and quantitative approach. A total of 40 reports from the police news program *Balanço Geral-PA*, shown on TV Record Belém between March and June 2020, were watched, transcribed and qualitatively *analyzed*. applied with residents of the metropolitan region of Belém, with the final sample end of 178 participants. From the quantification of the level of agreement with certain statements, two indices were built that measured the level of fear and the level of propensity to authoritarian positions among the sample members. The final sample included 31 respondents who were considered viewers of police newspapers because they answered that they watch such programs "many times a week". The results indicate that among those assiduous viewers, agreement with authoritative statements is much higher than among those who do not watch. It is concluded that the narratives about the violence evidenced in the television news contribute to the propagation of authoritarianism and punitivism among viewers, which in turn, allow public opinion to support public security policies that attack Human Rights and threaten democracy.

Keywords: Police TV News; Criminalization; Racism; authoritarianism

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 – Os três principais personagens das matérias veiculadas pelo telejornal Balanço Geral, PA.	10
Figura 2: Imagens de Jovens suspeitos de assalto a ônibus.	19
Figura 3 – Policial em entrevista após apreensão	22
Figura 4 – apreensão de homem com reforço da brutalidade policial	22
Figura 5 – Exibição do acusado e sofrimento da esposa	24
Figura 6 – esposa de homem apreendido cobrindo sua imagem das câmeras	25
Figura 7 – a quem serve a criminalização	28
Figura 8 – percepção sobre o aumento da violência em Belém	31
Figura 9: nível de medo de roubo, assalto ou furto	31
Figura 10: medo de agressão sexual	32
Figura 11: Nível de medo da violência policial	34
Figura 12: veiculação de imagens dos suspeitos	35
Figura 13: tribunal da justiça pelas próprias mãos	36
Figura 14: tráfico e legalização das drogas	37
Figura 15: índice de autoritarismo entre os telespectadores	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: níveis de concordância sobre as afirmações acerca da violência em Belém	32
Tabela 2: autoritarismo e programas policiais	38
Tabela 3: medo e autoritarismo	40
Tabela 4: raça, classe e confiança na polícia.	41

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 METODOLOGIA	5
3 - O PODER DAS IMAGENS: FORJANDO OS CORPOS-ALVO DA CRIMINALIZAÇÃO E EXTERMÍNIO	7
3.1 Sujeito suspeito versus cidadão de bem: os matáveis e os justiceiros	13
3.2 Defensores do cidadão de bem: exaltação e produtividade policial	22
3.3 Entre os inimigos da “guerra”: famílias	25
4 – TELEJORNAL POLICIAL E A PROPAGAÇÃO AO DISCURSO AUTORITÁRIO	28
4.1 Telespectadores do telejornal e propensão ao autoritarismo	37
5 CONCLUSÃO	42

1 INTRODUÇÃO

A mídia e suas tecnologias fazem parte indissociável do cotidiano, os smartphones com redes sociais, o rádio ainda presente sempre sintonizado nos transportes públicos coletivos e a televisão ligada antes de sair de casa, durante o intervalo do trabalho e acompanhante dos jantares ao fim do dia. Todo esse conjunto de mídias influenciam profundas construções nos assuntos, opiniões e debates que permeiam a interação social cotidiana.

As discussões, a pauta do dia sobre debates políticos, economia, entretenimento e notícias são definidas em destaque pelo principal meio de comunicação brasileiro que, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (2014), é a televisão. A TV está presente em 91,4% dos lares brasileiros, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), sendo 73% da população que declara assistir televisão todos os dias. Estes dados revelam a importância da televisão no cotidiano dos brasileiros.

Os canais de TV abertos são os principais veículos de notícias no país e são também propriedade de grandes corporações de apenas algumas famílias. Segundo dados do Media Ownership Monitor, apenas cinco famílias controlam metade dos 50 veículos de comunicação com maior audiência no Brasil (MOM, 2020). São essas corporações que definem as notícias, os conteúdos, os limites e interesses das produções jornalísticas e de entretenimento no Brasil. Estudos voltados à elaboração sobre mídia indicam que “o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo” (Thompson, 1994, p. 13). A partir dessa elaboração, podemos inferir que, no Brasil, o poder midiático de forjar formas de ação e interação no mundo social está nas mãos de poucos grandes grupos corporativos.

Os telejornais estão entre os programas televisivos com mais alta audiência e entre estas produções, destacam-se os telejornais policiais, especializados em notícias sobre crimes e violências cotidianas. O sub-gênero jornalístico e seu histórico na televisão brasileira tem sido discutido por vários autores (Negrini e Tondo, 2007; Oliveira, 2008; Ribeiro, 2020), os autores destacam como esse sub-gênero se diferencia do telejornalismo, por apresentar “o espetáculo da notícia”, a partir de técnicas desde o formato dos programas, semelhantes a programas de auditório, notícias com efeitos de gravações imediatas, com efeitos sonoros de fundo e narração de repórteres, apresentadores ou até mesmo de policiais envolvidos nas operações pautadas nas matérias.

Apresenta-se como diferencial dos telejornais policiais a centralidade e performance dos apresentadores, os quais se caracterizam em geral como homens detentores de opiniões contrárias ao que se convencionou chamar de “politicamente correto”. A esses apresentadores lhes é garantida liberdade total de emitir suas opiniões, narrativas, emoções e julgamentos sobre os casos noticiados, assim garantem autoridade em construir e fortalecer narrativas: “a própria performance do apresentador dá a ele grande visibilidade nesse tipo de telejornalismo, contribuindo para torná-lo uma estrela midiática” (Ribeiro, 2020, p. 233).

Outra característica do sub-gênero jornalístico “policialesco” é que a urbe é tanto cenário, como personagem (Ribeiro, 2020), mas o foco privilegiado é a urbanidade periférica, os territórios de “pobreza” e de “vulnerabilidade social”, nestes cenários que servem de palco para o espetáculo que se tornam as matérias, são construídas as narrativas que criminalizam e estigmatizam não apenas os sujeitos, mas territórios.

Segundo Ribeiro (2016), um dos primeiros programas que obteve grande sucesso de audiência ao utilizar do entretenimento e espetáculo para noticiar foi o “Aqui e Agora”, exibido na década de 90 pelo Sistema Brasileiro Televisivo (SBT). Este programa influenciou a criação de outros programas a partir do mesmo modelo, como o Cidade Alerta e Linha Direta, assim propagando uma disputa por audiência, estimulando maior busca por notícias de crime e violência editadas visando o “choque”, o “repúdio”, a “indignação” na população que assiste, que consiste majoritariamente das classes populares (Ribeiro, 2016). Essa mesma lógica dos telejornais policiais nacionais é reproduzida na região metropolitana de Belém (PA) em telejornais locais de emissoras como Record com o programa Balanço Geral e Rede Brasil Amazônia (RBA) com o programa Barra Pesada. Estes telejornais são veiculados diariamente durante o horário do meio dia, na pausa do trabalho para o almoço, horário de chegada das crianças da escola, quando muitas famílias se reúnem para almoçar e, ao mesmo tempo, assistem ao telejornal policial, servindo assim não somente como meio de notícia, mas também de entretenimento.

A violência explícita nas matérias tem como foco expor sujeitos específicos definidos a partir de seu território, classe e raça. Estas três classificações se interseccionam e determinam o sujeito apontado como protagonista dos possíveis crimes narrados pelos programas. Considerando que as engrenagens sociais brasileiras são estruturadas historicamente pela desigualdade racial, o sujeito preto e pardo – incluídos na categoria racial negro, são os mais evidenciados nos programas seguindo uma lógica de exposição do criminoso e não do crime.

Esta lógica segue a narrativa de fortalecimento de estigmas baseados no racismo contra negros. Segundo Oracy Nogueira (1996), o histórico de criminalização da cultura da raça negra leva a criminalização de seus indivíduos, e assim no Brasil é desenvolvido o racismo de marca, onde o preconceito é de marca serve de critério o fenótipo ou aparência racial, a intensidade do preconceito varia em proporção direta aos traços negróides. A construção do racismo brasileiro contra negros se dá a partir destes critérios, o da imagem.

Estando os veículos televisivos subordinados a poucos grupos corporativos de uma elite dominante, estes detêm o poder de determinar quais imagens serão divulgadas positivamente ou negativamente. Estando o sujeito negro classificado em um lugar de subalternidade, seja em ficções assumindo papéis do criminoso ou da empregada doméstica, ou nos jornais na área criminal, expostos em situações vexatórias.

Recentemente, com os debates levantados pelo movimento negro acerca da representatividade de figuras negras em posições que rompem com estes estigmas, alterou-se minimamente este cenário. Porém, as narrativas dos telejornais policiais cumprem ainda o papel de ditar para seus telespectadores quais sujeitos serão os corpos-alvos da subalternidade, criminalização e estigmatização. Sujeitos estes colocados como protagonistas de crimes e que também são, segundo o Atlas da Violência de 2019 e 2020, as principais vítimas das estatísticas de homicídios entre jovens negros do sexo masculino entre 15 a 29 anos (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019; 2020).

Com o uso da imagem produz-se um efeito do real. Como pano de fundo das reportagens, há corpos de jovens negros em territórios periféricos sendo classificados como “bandidos”, sem presunção de inocência, sem o direito à preservação de sua própria imagem, sem o direito à narrativa e defesa.

Aliado aos efeitos de sentido midiático, políticas de segurança pública baseadas em punitivismo, repressão e extermínio (amparado pelas instituições policiais e suas intervenções em territórios periféricos), cumprem o papel de solidificar a sensação de medo como efeito do racismo, reforçada através de jornais policiais. O aumento da visibilidade da violência e do delito é decorrente de um processo de espetacularização da violência associada à chamada guerra às drogas.

As emissoras de televisão, beneficiadas com a concessão pública de um serviço de mídia, que deveria, em tese, atender ao interesse público de entreter e informar, acabam por promover o espetáculo da violência diariamente no imaginário social. O espetáculo, segundo Guy Debord (2003), é resultado do projeto do modo de produção existente. O recurso à

espetacularização se trata de elemento de alienação das sociedades e propulsor da indústria cultural (Adorno, 2009).

Segundo Bourdieu (1997), no meio de produção mercantilizado em que é produzida a informação, rompe-se com limites éticos do meio jornalístico, não existem limites para o sensacionalismo e performances nas matérias exibidas, tudo é feito e pensado em busca da audiência.

Diante deste cenário, quais seriam as implicações da audiência massiva dos telejornais policiais e sua presença no cotidiano das famílias de classes populares? A hipótese deste trabalho é que entre os efeitos de sentido produzidos por esse fenômeno midiático está a difusão de uma ideologia da criminalização de sujeitos e de territórios periféricos, por meio da classificação, hierarquização e estigmatização dos seus corpos e territórios. Um processo associado ao “fenômeno de estigmatização territorial ligada à emergência de zonas reservadas aos párias urbanos” (Loic Wacquant, 2006). Tal fenômeno se materializa tanto a partir de condições estruturantes - como o desemprego, a desigualdade, a ausência de políticas públicas - quanto de processos discursivos, que retroalimentam-se e acabam por produzir efeitos de estigmatizar as populações marginalizadas no capitalismo neoliberal de forma a justificar a desigualdade e a estigmatização por meio da ideologia.

Também supõe-se que a ideologia de criminalização propagada está na base de fortalecimento das adesões a posições autoritárias presentes em discussões no que se refere a segurança pública, diante de anos de exposição ao conteúdo de imagens violentas como plano de fundo da divulgação de discursos baseados em uma moralidade que sustenta narrativas como “bandido bom é bandido morto”, “direitos humanos para humanos direitos”, apoio à redução da maioria penal e apoio à pena de morte e à violência policial. Esses discursos reverberam na opinião pública dos telespectadores de telejornais policiais? Uma segunda hipótese da pesquisa foi que existiria uma associação entre a frequência com que assistem os telejornais policiais e a adesão às suas narrativas autoritárias e punitivistas.

A troca de imagem entre a mídia e o receptor não é uma ação neutra, portanto, quais os efeitos nas relações sociais este fenômeno tem provocado? A quem interessa a propagação da criminalização da população negra?

A pesquisa justifica-se por promover a visibilidade de um problema social crônico que é a incriminação e consequente extermínio da juventude negra, atentando para como a mídia tem contribuído com esse cenário social.

Analisando e descrevendo o papel dos telejornais e como a construção das matérias influenciam o processo de incriminação dos sujeitos acusados, compreender o processo de

tipificação, construção de discursos autoritários e a repercussão nos telespectadores e opinião pública, assim, se pretende construir bases discursivas para combate aos efeitos deste cenário social.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem que integra métodos qualitativos e quantitativos. O método de pesquisa mista implica na coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos, assim como a discussão conjunta dos mesmos para se obter uma compreensão mais completa do fenômeno (Sampieri et al. 2013). Os dados qualitativos recolhidos compõem-se de matérias veiculadas pelo telejornal policial Balanço Geral-PA, exibido pela TV Record Belém de segunda a sexta no horário de 11h50min às 14h50min. Foram assistidos, transcritos e analisados um total de 40 matérias do programa em dias alternados no período entre Março e Junho de 2020.

No que se refere ao tratamento dos dados, foi utilizada a noção de Orlandi (2009) da análise do discurso que reflete sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua (Orlandi, 2009, p.16).

As principais filiações teóricas da análise do discurso, segundo Orlandi (2009) são a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise. Fundamentada na linguística, a análise do discurso pressupõe a não-transparência na linguagem e o entendimento de que a relação entre linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não se passa diretamente de um ao outro. A língua tem ordem própria, mas não é autônoma.

A análise do discurso, a partir do materialismo histórico, considera também que há um real da história de tal forma que o ser humano faz a história, mas esta também não lhe é transparente: conjuga-se língua com história para produzir sentidos. Ou seja, a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos).

Da psicanálise obtém-se a noção de sujeito que se constitui na relação com o simbólico na história, não se separa forma e conteúdo ou se procura compreender a língua como estrutura, mas como acontecimento. A análise do discurso introduz noção de sujeito e situação na análise da linguagem. O sujeito da linguagem é descentrado, afetado pelo real da língua e da história, não tendo controle sobre como estas o afetam. O “sujeito discursivo” funciona, assim, pelo inconsciente e pela ideologia.

Como ferramenta de análise qualitativa foi utilizada a descrição densa dos programas, das imagens, cenas e falas dos locutores presentes nas matérias veiculadas nos telejornais.

Esta descrição foi analisada enumerando as matérias e classificando-as em categorias de análise, a partir dos seguintes tópicos: título da matéria; tema geral; categorias de análise; tipo de crime; bairro/município; atores; raça; gênero; criminalização e território. Estes tópicos preenchidos pelos dados de cada matéria classificaram a constância e repetição das categorias.

Quanto aos dados quantitativos, estes foram coletados por meio de um levantamento cujo objetivo foi produzir descrições da percepção da população da região metropolitana de Belém sobre violência e os desafios da segurança pública. O questionário auto aplicado foi desenhado com perguntas fechadas, construído e disponibilizado digitalmente. As perguntas tratavam da caracterização do perfil do respondente, sua percepção sobre a violência e a segurança pública, sua visão sobre as causas da violência e sobre o papel das organizações de segurança pública. A amostra final contou com 178 participantes, sendo que dentre estes, 30 respondentes foram considerados telespectadores de telejornais policiais por terem respondido que assistem tais programas “muitas vezes por semana”. Outros recortes que estabelecemos com o objetivo de comparação, foram os recortes de raça ou cor e de condição econômica (classe média ou pobres). Os dados foram tratados em planilha excel e a análise foi feita com estatística descritiva. A partir da quantificação do nível de concordância com certas afirmações, construímos duas escalas. As escalas são medidas compostas construídas com base em itens - concordo totalmente, concordo em parte; discordo em parte, discordo totalmente - e que visam a combinação de uma ou mais mensurações com o objetivo de estabelecer um único valor. Elas são uma técnica de análise quantitativa pela qual se busca identificar e contrastar diferentes posições em relação a um mesmo tema e/ou problema dispondo-as numa espécie de continuum dimensional (Babbie, 2003). A partir desta escala, foram construídos dois índices que mediam o nível de medo e o nível de propensão a posições autoritárias entre os integrantes da amostra. Esta quantificação teve por base os indicadores apresentados na publicação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública intitulada “Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias” (2017).

3 - O PODER DAS IMAGENS: FORJANDO OS CORPOS-ALVO DA CRIMINALIZAÇÃO E EXTERMÍNIO

A capacidade do Estado de exercer a autoridade depende de sua capacidade de exercer duas formas de poder: coercitivo e simbólico (Thompson, 2002). O poder coercitivo corresponde ao uso da ameaça ou força física; o poder simbólico nasce da atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas. É essa capacidade de exercer o poder de transformar o curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros por meio da produção de conteúdo simbólico que Thompson denomina de poder simbólico, ou “quarto poder”. Há instituições que têm papel importante na acumulação de meios de informação e comunicação como as instituições religiosas, educacionais e instituições de mídia.

Seguimos a abordagem de Thompson (2002), a partir do pressuposto que “o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder, que não está mais ligado ao compartilhamento local comum”. No estágio atual do capitalismo, o fenômeno de “comunicação de massa” se refere às corporações que se organizaram para produzir conteúdo simbólico para uma pluralidade de destinatários em troca de retorno financeiro. Ou seja, são essas corporações de mídia que transformam conteúdo simbólico em mercadoria, ou bens simbólicos, com valor econômico no mercado. Thompson se refere a comunicação de massa como:

A produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação e conteúdo simbólico, com cinco características: os meios técnicos e institucionais de produção e difusão; a mercantilização das formas simbólicas; a dissociação estruturada entre produção e recepção; o prolongamento da disponibilidade dos produtos da mídia no tempo e espaço; e a circulação pública das formas simbólicas mediadas (Thompson, 2002, p.27)

A mediação das formas simbólicas se refere ao modo como passamos a compreender o mundo fora da nossa experiência pessoal. É bem verdade que nossa compreensão e nosso lugar no mundo estão, cada vez mais, sendo mediados por esse conteúdo simbólico. Assim, como veremos a seguir, os sentidos que são produzidos pela mídia corporativa podem posicionar sujeitos e territórios em determinados lugares sociais.

Discutindo especificamente o papel do telejornalismo, Bourdieu (1997) afirma que o jornalismo é um campo¹ que está sob domínio do campo econômico, sujeito às pressões comerciais e orientado a atender o “índice de audiência”. Por isso, “os jornalistas selecionam o extraordinário, o sensacional, pondo em cena um acontecimento exageram-lhe a importância e a tragicidade”. Os jornalistas que mais aderem à fórmula da busca do sensacionalismo para despertar as pulsões da audiência, acabam por ditar os formatos do telejornalismo, que passa a ser cada vez mais homogêneo. Isso pode ter efeitos políticos:

A imagem tem o poder de produzir o efeito de real – ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. As variedades podem estar carregadas de implicações políticas, éticas, capazes de desencadear sentimentos fortes, como racismo, xenofobia. A simples narração implica sempre em uma construção social da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização (ou desmobilização) (Bourdieu, 1997, p. 28).

Em síntese, o campo jornalístico, guiado pela lógica comercial, tem efeitos estruturais em outros campos como o jurídico e o político, influenciando e reforçando a “opinião e agenda pública” sobre determinado tema. Para Bourdieu, as restrições exercidas pelo campo jornalístico (dominado claramente pelos interesses do campo econômico) reverberam em outros campos, modificando as relações de força no interior dos mesmos. Foi assim, por exemplo, que no ano de 2015 o projeto midiático de pressão popular para a redução da maioria penal teve repercussões no campo político por meio das votações no legislativo² (LOBATO, 2019). Isso indica que o poder mobilizador da mídia pode servir para toda espécie de projeto perverso de lógica vingadora das paixões coletivas: “uma lógica da vingança, contra a qual toda a lógica jurídica e mesmo política, constituiu-se”.

Para Bourdieu, esse é um mecanismo estrutural, invisível, anônimo, produzido pela interação entre os campos e as posições que os sujeitos ocupam nesses campos. Outros autores, entretanto, enxergam tal dinâmica como um processo ativo da classe dominante que produz ideologias em favor de seus interesses. Para Althusser, no processo discursivo, crenças e ideias são produtos de práticas sociais, não o contrário. Sua tese é que “ideias são materiais” - ideologias não são as crenças subjetivas mantidas nas “mentes” conscientes dos indivíduos humanos, mas sim discursos que produzem essas crenças, as instituições materiais e os rituais que os indivíduos participam sem submetê-los ao exame consciente e crítico.

¹ Bourdieu define o campo como espaço simbólico, no qual lutas dos agentes determinam, validam, legitimam representações.

² “Temos que tirar os poucos marginais da escola e colocar na cadeia”, afirmação foi feita em um pronunciamento do então deputado Jair Bolsonaro, na Câmara dos Deputados, quando se discutia a tramitação da PEC de redução da maioria penal em julho de 2015. (LOBATO, 2019).

Entende-se ideologia como a “uma organização específica de práticas significantes que vão constituir os seres humanos como sujeitos sociais e que produzem as relações vivenciadas mediante as quais tais sujeitos vinculam-se às relações de produção dominantes em uma sociedade” (Eagleton, 1997). Desde esse ponto de vista, entende-se que “as ideias não podem nem devem ser tomadas pelo seu significado manifesto, mas analisadas em termos das “forças que estão por trás delas”. Por isso, o analista do discurso volta sua atenção não necessariamente para o que uma pessoa diz, mas o motivo pelo qual ela o diz.

A partir destas noções de produção midiática, jornalística e ideológica baseia-se a análise de matérias do telejornal policial Balanço Geral-PA, que seguem um padrão quanto ao formato de apresentação: todas tem um título, a chamada é feita pelo apresentador que fala diretamente com o telespectador, narra a matéria que será exibida e chama o telespectador a acompanhá-la, de forma semelhante a um diálogo informal. O formato em que o programa é organizado se assemelha aos de programa de auditório, pela centralidade do programa no apresentador.

Segundo o observatório da TV brasileira (2021), o programa Balanço Geral PA, exibido pela afiliada Record Belém atinge picos de audiência, chegando a 22 pontos diariamente, disputando com os jornais de outras emissoras como a TV liberal, afiliada à Rede Globo, e o SBT Belém.

O programa Balanço Geral PA tem como apresentador o jornalista Marcus Pimenta. Sua atuação é marcada por ser altamente performática, com falas em tons exaltados, criando bordões como “Pimenta, neles” (referindo-se aos acusados exibidos nas matérias). O apresentador destila suas opiniões “pessoais”, direcionadas sempre por sentidos ideais autoritários, carregadas de estereótipos estigmatizantes sobre os indivíduos exibidos. A partir de sua análise, o jornalista oferece interpretações ao telespectador sobre as possíveis causas e efeitos dos supostos crimes exibidos, descartando a possibilidade de inocência e defesa dos sujeitos acusados. A sua análise sempre oferece ao telespectador uma interpretação dos casos, onde o suposto criminoso é o mal a ser combatido, fortalecendo no imaginário público uma imagem pré-definida daquele que será concebido enquanto criminoso, com rosto, gênero, raça e território. Assim, estes sujeitos constantemente expostos são apresentados como o mal social.

Em complemento às performances e narrativas criadas e reforçadas pelo apresentador, estão os repórteres que cumprem o papel de apresentar as matérias diretamente dos locais dos possíveis crimes cometidos, que acompanham apreensões nas delegacias, descrevem as

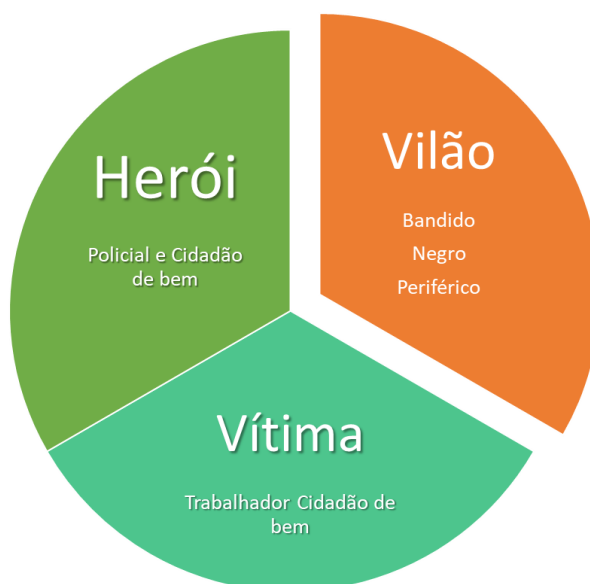
acusações, quem são os envolvidos e acompanham os policiais diretamente em suas intervenções.

Por sua narração singular, se destaca a repórter Célia Pinho, reconhecida pela sua irreverência ao entrevistar acusados, utilizando gírias do vocabulário paraense, músicas e piadas para noticiar. É uma das principais repórteres do programa e, em conjunto com o apresentador, cria humor acerca das situações, notícia com constrangimento e exibe de forma vexatória os acusados e familiares presentes. Sua figura no programa cumpre o papel de uma juíza do povo, tal como a própria se apresenta, quando expõe suas opiniões e críticas aos indivíduos expostos.

A descrição do repórter presente se torna essencial para espetacularizar as matérias, dominando cenários pelo terror e violência, aliando-se às filmagens que são acompanhadas de sons de suspense, repetição constante de cenas e exibição de acusados machucados, algemados e, ainda, destacando ‘marcas’ como tatuagens ou outros sinais físicos, com os quais o sujeito possa ser reconhecido.

De acordo com Bayer e Silva, a imprensa, de modo geral, “[...] não se satisfaz com a pura e simples informação dos fatos. O sucesso de uma boa notícia está na manutenção de uma pauta repleta de espetáculos, de imagens e textos que garantam a audiência” (2018, p. 3). O apelo contínuo em mostrar uma verdade moralizada, uma realidade cotidiana cercada de violência urbana é traduzido no uso de imagens com recortes evidenciando assassinatos, sangue, corpos feridos e apreensões ao vivo. Estes são sempre o auge emocional do programa. A interpretação da violência na narrativa passa pela construção de uma história única, onde existe o sujeito vilão/criminoso, a vítima/cidadão de bem e o herói/policial (Figura 1).

Figura 1 – Os três principais personagens das matérias veiculadas pelo telejornal Balanço Geral, PA.



Fonte: elaboração da autora, 2022.

As matérias ao vivo são as que mais recebem destaque e atenção, com um repórter no local são feitas cenas imediatas, acompanhando “flagrantes” policiais, apreensões de acusados de tráfico ou roubo, cenas de homicídios, destacando presença de muitas viaturas, exibição de armas policiais e apreendidas, corpos alvejados e entrevistas à população que acompanha os casos por curiosidade. Nota-se que, para matérias ao vivo, a equipe do telejornal é acionada para acompanhar apreensões mesmo antes de acontecerem e, nos casos de homicídios, há exibição direta desde o horário do acontecido. Às vezes, a equipe policial chega aos locais acompanhada da equipe do telejornal.

A composição de pautas do programa é voltada para acompanhar o trabalho policial, composto em geral por operações de apreensão de drogas ilícitas, captura de foragidos e investigação de assassinatos que, quando são pautas das matérias, geralmente ganham destaque, sendo intituladas “matéria do dia”. Essas matérias são exibidas repetidamente do início ao fim do programa, com acompanhamento direto no local do acontecido, entrevista de familiares ou pessoas próximas à vítima, com policiais, e utilização direta de chamadas ao vivo. Nas matérias sobre homicídios há uma insistência dos repórteres em buscar nas entrevistas o possível crime cometido pela vítima ou seu possível envolvimento com tráfico

de entorpecentes, como tentativa de justificativa da sua morte. Em consequência disso, naturaliza-se a veiculação das imagens de corpos assassinados em territórios periféricos, assim perpetuando o processo de desumanização e desvalorização da vida destas vítimas, pertencentes às classes populares, com baixa escolaridade e regularmente homens negros.

O sentido dessa transmissão é introjetado de ideologia permeada por instituições dominantes, estruturas e atores bem construídos de fundo. Em sua localização nos contextos sociais, cumpre o papel não apenas de dar uma informação e o telespectador não é um receptor neutro, mas se estabelece uma relação de troca instantânea - a simbologia do visual, nos corpos expostos, expressões, territórios como plano de fundo constroem na realidade em si imaginários, sensações, vontades e necessidades.

Estas criações podem ser entendidas enquanto fragmentação da realidade, imagens fluindo sem contexto provocam a não unidade do real (Debord, 2003). Neste sentido, o espetáculo presente nas relações mediadas pela imagem germina uma realidade distorcida de contextos, sujeitos históricos e estruturas sociais, por isso ressalta-se a importância de mergulhar nesta relação de trocas, ao ponto de alcançar o contexto sócio histórico projetado pela mídia.

Sendo a comunicação mediada pelas demarcações sociais (Thompson, 2002, p.20), afirma-se que as complexidades nos desafiam a desvencilhar as relações de poder fortemente introjetadas na economia, política, coerção e simbolismo, fazendo necessário destrinchar o emaranhado social criado por ideologias dominantes.

A complexa realidade veiculada como espetáculo está integrada a um sistema de exploração capitalista alimentado, desde suas raízes, por estruturas de exploração e opressão justificadas por um sistema de ideias baseado na desigualdade racial. Este sistema de ideias fornece uma explicação “racional” para a desigualdade, visto que o racismo, segundo Silvio Almeida (2019), enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais.

Para maior compreensão do complexo sistema de hierarquização de sujeitos o conceito de interseccionalidade, desenvolvido e aplicado pelo feminismo negro, permite segundo Kimberly Creshawm (2002) a ideia de unidade criadora de experiências únicas em realidades atravessadas por demarcações de raça, gênero e classe.

Para Collins (2016), a dominação articula-se com o processo de diferenciação, tipificando categorias de oposição e hierarquização. De acordo com Collins:

Assim, os brancos governam os negros, os homens dominam as mulheres, a razão é superior à emoção na averiguação da verdade, os fatos substituem a opinião na avaliação do conhecimento, e os sujeitos governam os objetos. As bases fundantes das opressões interseccionais se articulam em conceitos interdependentes do pensamento binário, em diferenças formadas por oposição, na objetificação e na hierarquia social. Dado que a dominação baseada na diferença forma um substrato central para este sistema de pensamento, esses conceitos implicam invariavelmente relações de superioridade e inferioridade, vínculos hierárquicos que se misturam a economias políticas de opressão de raça, gênero e classe. (Collins, 2016, p. 78)

Neste sentido as experiências de hiper-visibilização da criminalização aos sujeitos e territórios periféricos da região metropolitana de Belém são intersecções entre a opressão racial negra, estigmatizante de sujeito criminoso, experiências de gênero ao que se espera do papel designado estruturalmente ao homem negro animalizado, destituído de intelectualidade e brutalizado, a mulher negra do local de servente, sexualizada e domesticada e de classe, visto que são nos territórios expostos que moram a classe trabalhadora, que segundo Bueno (2020), está sob uma imagem de controle aprisionada simbolicamente e materialmente à posição de subalterno e, neste caso, de sujeito alvo do extermínio.

3.1 Sujeito suspeito versus cidadão de bem: os matáveis e os justiceiros

Há no discurso de hierarquização das vidas uma dicotomia sobre a classificação de sujeitos, bastante ligada à polarização entre bem e mal. Segundo Juliana Borges (2018) estas visões sedimentam relações definidoras de eternos criminosos condenados a sanções, por quebrar pactos de convívio social. Nas construções das matérias do telejornal em questão, há a afirmação deste discurso em contextos, territórios e com atores com demarcadores sociais em constante repetição, afirmando a seletividade sobre qual o discurso se justifica. Então, seria o cotidiano policial munido de inúmeras repetições de crimes e atores que os programas deixam em evidência?

Ao apontar os sujeitos classificados nas repetições das matérias podemos identificar um determinado e denominado *sujeito suspeito*. Tal sujeito sempre parece ser identificado nas abordagens policiais, por conta de uma habilidade técnica destes agentes, que teriam um dito “olhar clínico” para a suspeição. Tal “olhar” seria treinado para identificar infratores. A partir da denominação desse tipo de ação, a atuação da polícia aparece veiculada no telejornal como uma ação técnica e eficaz, sem erros, pois aponta os criminosos corretamente. Esta é a versão exibida no programa, porém, ao analisar as abordagens policiais, verifica-se que as mesmas resultam em inúmeras abordagens mal sucedidas e com excesso de exercício de violência policial e infração de direitos dos acusados. Por exemplo, para a exibição de um contexto de

apreensão monta-se um cenário composto pelo apreendido exposto como troféu de uma missão. Em geral, o crime apresentado se configura enquanto tráfico e as drogas apreendidas são expostas, o local da apreensão é descrito pelo bairro, nome de rua e o endereço, desse modo produzindo imagens dos corpos suspeitos e territorializando os crimes, agindo assim com uma dupla estigmatização.

As matérias são montadas e exibidas sempre de maneira a provocar classificações, desde os seus títulos. Por exemplo, a matéria “Auxílio do tráfico: jovem recebeu o benefício do governo federal, mas o dinheiro foi investido em drogas”. Essa matéria especificamente foi exibida tendo como tema central o direito ao auxílio emergencial garantido para a população em vulnerabilidade social durante a pandemia. Na matéria, alega-se o mau uso do auxílio, questionando a necessidade e a legitimidade de quem o recebe, a partir do caso em que uma jovem supostamente confessa usar R\$500,00 do auxílio para comprar drogas.

Ao questionar, a partir de uma única situação, o direito da população em vulnerabilidade social, não se descarta o efeito que pode causar nos diferentes públicos que acompanham o programa: os telespectadores de classe média questionariam a necessidade desse direito e os de classes populares seriam instigados a se revoltar contra aquele “tipo” de sujeito criminoso, que não deveria ser merecedor do auxílio, destituindo tal segmento população como sujeito de direitos.

Na matéria, o apresentador comenta o caso falando direto ao telespectador, reforçando que existem dois sujeitos: o jovem sob suspeita que é abordado e assim se confirma enquanto criminoso e o trabalhador honesto, classificado enquanto “cidadão de bem”, que está em constante perigo e que necessita do trabalho policial para manter sua segurança. O telespectador é o sujeito “cidadão de bem”, o trabalhador honesto a quem o apresentador se dirige e incita diferenciação, sua distinção em relação aos criminosos, mesmo que ambos sejam moradores do mesmo território.

A matéria tem, portanto, dois efeitos: reforça a sensação de insegurança na população e os estereótipos do tipo suspeito de tráfico, mostrando imagens do sujeito apreendido sem camisa e exibindo tatuagens. Também é feito o discurso de aumento da quantidade de droga apreendida, pois o sujeito apreendido com algumas gramas, às quais o apresentador se refere como “carga de drogas”. O discurso reforça um tom de celebração: “a casa caiu para mais um traficante”. Esta comemoração firma uma construção de vitória sobre um inimigo, que no contexto de guerra às drogas, seriam os jovens aliciados pelo tráfico e estes jovens enquanto inimigos carregam em seus corpos o alvo.

A constante narrativa reforçadora da sensação de insegurança é um dos grandes efeitos causados pelo programa, descrevem os territórios periféricos como verdadeiras zonas de guerra, onde se hierarquizam vidas a partir de uma classificação: os suspeitos jovens negros marcados para o encarceramento, a morte social ou física, uma morte imediata e os cidadãos de bem, trabalhadores e policiais. Esta dicotomia pode ser analisada a partir do conceito de necropolítica desenvolvido por Achille Mbembe (2018), que propõe como as classificações de poder podem definir quem deve morrer ou não.

Como foi exposto acima, a mídia ocupa o local de “quarto poder”, classificado enquanto cultural e simbólico, na geração de significados de formas simbólicas, sendo os símbolos característica essencial da vida social (Thompson, 2002). Estas análises servem de apoio para entendermos o processo de classificação e hierarquização provocado e reforçado pela mídia através de telejornais policiais. O poder simbólico fortalecido pela mídia legitima o poder repressivo do Estado através da polícia. Estes se complementam na efetivação da política de repressão apoiada pela opinião pública majoritária, que enxerga como solução dos problemas de segurança pública o punitivismo.

Como aponta Luis Althusser (1985), o aparelho repressivo de Estado funciona pela violência, enquanto os aparelhos ideológicos de Estado funcionam pela ideologia, entretanto, qualquer aparelho de Estado, seja repressivo ou ideológico, funciona simultaneamente pela violência e pela ideologia. Além de deter o poder do Estado e, conseqüentemente, dispor do Aparelho (repressivo) de Estado, a classe dominante também é ativa nos aparelhos ideológicos de Estado. De fato, nenhuma classe pode, de forma duradoura, deter o poder do Estado sem exercer sua hegemonia sobre e nos aparelhos ideológicos de Estado simultaneamente.

Assim, os telejornais policiais servem de amparo ideológico ao potencial repressivo do Estado, justificando sua ação violenta e legitimando sua ação perante a opinião pública. Observamos, por exemplo, que para justificar os excessos de poder são usadas diversas estratégias, seja tipificando os sujeitos como criminosos, representando a ação policial como estritamente técnica ou apontando a violência dos “bandidos” agressores. Nas matérias em que são exibidos conflitos diretos entre equipe policial e acusados, os policiais descrevem e justificam o uso de arma de fogo e forte repressão da ação como parte legítima do trabalho: “nesse momento eles reagiram à abordagem policial e a guarnição teve que reagir à justa agressão, legítima defesa.”

Falas como “violência justificada” e “legítima defesa”, demonstram que o crime cometido e a forma como se manifesta é usado como justificativa da violência policial. As

primeiras imagens da matéria mostram um dos jovens apreendidos com a cabeça ferida, demonstrando o despreparo policial para reagir e cumprir a apreensão. Percebe-se que os policiais, com este discurso de justificativa, excedem o uso da força e autoridade. Existe também uma cumplicidade entre as falas do apresentador, repórter e policiais, fortalecendo a criação da narrativa da justa punição.

Aliada a esta punição justificada que viola inúmeros direitos, também se justifica o descarte do pressuposto de inocência, antes mesmo de maiores averiguações, como exemplo da matéria intitulada: “Clínica do tráfico, balanço geral acompanha a polícia no Icuí: cinco detidos com drogas em área de mata”. O título aponta os sujeitos como acusados do crime de tráfico, mesmo sem averiguação prévia. Durante a matéria há o reforço da opinião policial acerca das pessoas apreendidas:

Ei, Pimenta [referindo-se ao apresentador], vou te dizer um negócio que aprendi desde muito cedo: ***“quem dorme com porco farelo come, né?”***. Pô, se ela tá vendendo droga e esse bando de moleque tá aqui do lado dela, ***é tudo patife, são viciado aí, tão sendo aliciado por ela, então tão no meio da mesma patifaria***. (Fonte: Matéria 10, Dados da pesquisa, 2020)

As imagens mostradas durante a fala do policial são imagens de duas mulheres negras de costas com as mãos para trás, com a cabeça encostada em uma parede de tijolos, em estado emocional perceptivelmente abalado. O discurso carregado de julgamento moral, a partir de um ditado popular, enfatiza aos telespectadores a opinião de que não há como algum destes detidos serem inocentes da acusação de tráfico. Também como reforço da criminalização evidencia-se a fala colocando no mesmo nível traficante e usuário, provocando no imaginário uma homogeneidade em diferentes ações e, assim, na punição - uma sugestão implícita que há necessidade de endurecimento das penas:

Tem esses três aqui que estão alegando consumo, o que caracteriza a questão do tráfico como eu te falei, ***a gente pegou em flagrante aqui venda e o consumo caracterizando aí o tráfico, né?”***. (Fonte: Matéria 10, Dados da pesquisa, 2020)

Acerca desta caracterização de consumo, associando o usuário ao traficante, podemos afirmar que a lei de número 11.343 da política sobre drogas permitiu o aprisionamento em massa, sob acusação de tráfico, de usuários de drogas. Por conta disso, não são poucos os casos de usuários apreendidos e enquadrados como traficantes no sistema penal, sendo este um dos principais motivos que se encarcera no Brasil. Esta lei tem relação direta ao aumento da população carcerária nos anos de 2006 a 2014, sendo o aumento de 567,4%, segundo o

INFOPEN. Estes sujeitos são assim, submetidos a violações de direitos, suspensão de direitos políticos e empurrados à margem social.

Pelas características da população carcerária brasileira atualmente, majoritariamente composta por negras e negros, evidencia que historicamente a política proibicionista se ampara na criminalização da população negra. O Brasil tem em suas raízes o entrelaçamento do racismo e política proibicionista, como revela a primeira lei sobre maconha, referida como “Pito do Pango”, redigida em 1830 pela câmara municipal do Rio de Janeiro:

É proibida a venda e o uso do pito do pango, bem como a conservação dele em casas públicas. Os contraventores serão multados, a saber: o vendedor em 20000, e os escravos e mais pessoas, que dele usarem, em três dias de cadeia. (Mott in Henman e Pessoa Jr., 1986, grifo meu).

Analisando esta lei, está evidenciada a seletividade de punição em relação ao uso de drogas como maconha e o processo de encarceramento ligado a esta prática que se justifica pela intitulada Guerra às drogas. Ainda nesta matéria citada acima, o diálogo entre repórter e o acusado, um homem negro, demonstra a efetividade da criação do sujeito vítima de acusação que sempre aos olhos policiais irá ser tipificado enquanto criminoso, como mostra o seguinte diálogo registrado em um dos programas:

Repórter: Você quer falar alguma coisa?

Acusado: Não tenho nada pra falar não senhor, *eu tava trabalhando, eu sou trabalhador, eu fumo uma massa só.*

Repórter: Como apareceu essa droga toda aqui?

Acusado: Não sei, eu fumo uma massa só, pra eu ir continuar meu trabalho só.

Repórter: não tem ideia de quem seja essa droga?

Acusado: não senhor. Eu não sei de quem é essa droga.

Repórter: Nessa hora né, ninguém nunca sabe.

(Fonte: Matéria 10, Dados da pesquisa, 2020.)

Este diálogo deixa explícito a dicotomia do criminoso versus cidadão de bem. Na fala do acusado, o mesmo defende-se alegando ser o sujeito trabalhador, na tentativa de dissociar-se do estigma de possível traficante, colocando-se como merecedor de estar dentro da sociedade. No cenário criado por esta dicotomia, ser trabalhador é digno, se alia ao que é bom: o cidadão de bem.

Outra matéria que corrobora com a construção desse discurso tem o título: **“12 quilos de maconha apreendidos e quatro presos, entre eles um haitiano”**. O tráfico de substâncias ilícitas segue em evidência nesta matéria com a descrição da apreensão em um kitnet,

exibição dos rostos dos apreendidos com a fala do repórter de fundo: “então é isso, temos quatro presos (*um deles nem é daqui*), com muita droga aí, e a polícia fazendo seu trabalho” (Policial entrevistado no Programa, Dados da pesquisa, 2020).

Aponta-se o crime, destacam-se os sujeitos criminalizados, inclusive um estrangeiro, fomentando a xenofobia. O título chama a atenção para a quantidade apreendida, reforçando a produtividade do trabalho policial, que é representado como o herói da história.

A sequência do discurso sustentado no programa segue a linha de raciocínio do argumento “o tráfico é a porta de entrada para outros crimes”. Na construção da pauta do programa inicia-se com o tráfico em destaque, seguido de homicídios, como a matéria “morte na festa do pó”, que inicia sendo narrada pelo repórter:

Agora, 12:13h, um criminoso se deu mal, ele tentou bater de frente, sabe com quem? Com a ROTAM. Festa de traficantes, isso no fim de semana, ***festa de traficantes, um deles morreu, graças a Deus***.
(Fonte: Matéria 32, Dados da pesquisa, 2020).

Primeiro evidencia-se o crime cometido contra a sociedade em geral, o tráfico. Em seguida destacam a liberdade de traficantes para festejar e firma-se o discurso moralizante, que pode provocar no telespectador a indignação, além da sensação de que esta realidade o cerca, da insegurança no seu cotidiano. Como alívio ao cenário de violência, noticia-se que ao menos um dos vilões não está mais em circulação, motivo de comemoração e agradecimento à Deus, mesmo que seja rompendo as noções do Estado de direito.

O discurso do cumprimento da lei entra em contradição com o abuso de autoridade policial. Não se pressupõe que na festa possa haver inocentes, todos são traficantes porque estão no mesmo ambiente e, por isso, passam também à condição desumanizada de sujeito não detentor de direito de defesa, justifica-se sua morte com apelo e permissão social.

A pesquisa de Jaqueline Muniz trata dessa categoria como o envolvido:

Seus integrantes, reconhecidos como *envolvidos-com* a criminalidade, seriam vistos como vidas desqualificadas ou os matáveis. A categoria *envolvido-com* une estereótipo e condenação. Ela autoriza violações e violências por quem exerce autoridade legal ou ilegal, legítima ou ilegítima. “Basta estar do lado” de um “envolvido” para “entrar na estatística da morte”. Revela-se o peso do estigma que jovens favelados manobram por morarem em áreas sob tutela extensiva e continuada da polícia, milícias e grupos criminosos. (Muniz et al. 2021, p.1).

A exaltação ao trabalho policial glorifica o nível de punição cometida pela Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (ROTAM), a quem todos devem temer. A sensação de insegurança provocada durante as três horas de programa noticiando crimes violentos contribui para causar um terror social, pois as condições do medo são socialmente construídas e culturalmente compartilhadas.

As raízes da desigualdade, exclusão social e pobreza são mascaradas e escondidas por discursos imediatistas de soluções aparentemente simples. A receita dada para o fim da violência, é a execução daqueles que são acusados de mau social.

Abre-se uma guerra entre vilões e vítimas, os bons e os maus, o bandido e a polícia, uma polarização. A polícia enquanto instituição repressora atua diretamente em comunidades e territórios periféricos, tem como principal frente o combate constante na guerra às drogas e sendo uma guerra é concedida a permissão de matar. Este cenário coloca em maior situação de vulnerabilidade à violência policial jovens negros, já que são os seus corpos os demarcados enquanto suspeitos, mesmo que sem provas concretas são abordados diariamente e enquadrados, sob a tipificação do sujeito suspeito, seja em locais como transporte público, ruas abertas, até mesmo em suas residências. As imagens repetidas nas matérias demonstram que os abordados pela polícia sob suspeitas todos são negros, carregam fenótipos similares, roupas, tatuagens e criam na repetição o padrão do sujeito suspeito.

No que se refere à sensação provocada na população de perigo constante, os telejornais colaboram com a distorção da realidade em que os sujeitos são responsabilizados individualmente, como parte de seu caráter e são acusados por todo o mal social da violência. Pinta-se um cotidiano de medo, com a violência assolando até locais públicos como o transporte - o que verdadeiramente se caracteriza como uma situação de “guerra”. A matéria intitulada *“viagem do medo, dois jovens entram em ônibus para coagir os passageiros”* aborda a entrada de jovens pela porta de trás dos ônibus, ação geralmente realizada por ambulantes para a venda de bombons, em geral por homens jovens negros e também pedintes contando sua situação de vida.

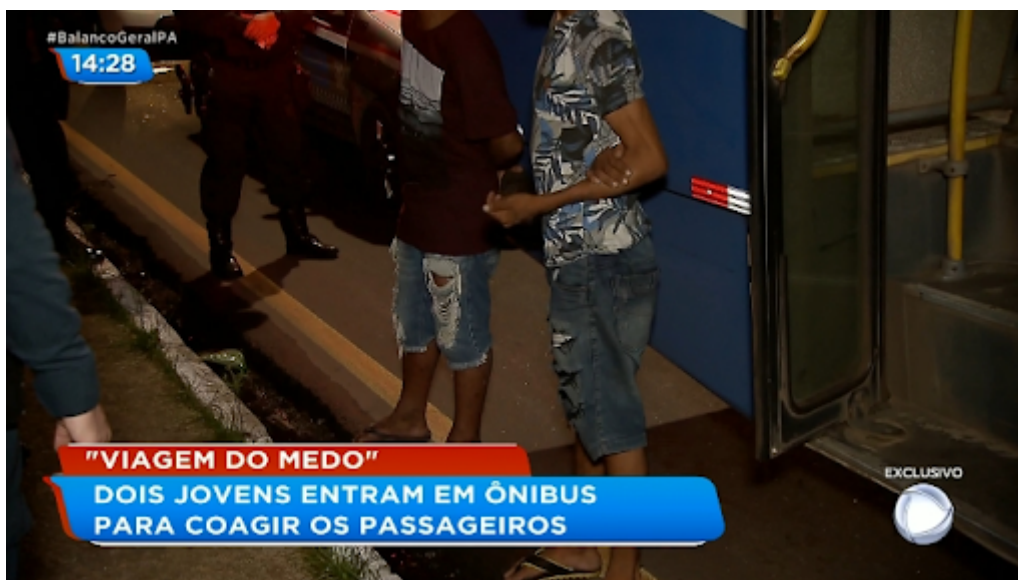
Repórter: nossa equipe de reportagem acompanhando o trabalho da polícia militar, primeiro o batalhão é o 27º, PM nesse momento **abordando dois suspeitos**, a denúncia que chegou para a corporação **dizia principalmente que esses dois homens estariam cometendo um assalto dentro desse coletivo, imediatamente a polícia fechou o cerco [...] os passageiros, é claro, ficaram assustados com essa situação [...] Cadete da PM vai conversando neste momento com esses suspeitos, a corporação vai procurando de repente pela arma de fogo que teria ou que seria usada pelos suspeitos na tentativa de assaltar este coletivo.**

(Fonte: Matéria 23, Dados da pesquisa, 2020.)

Na descrição do repórter cria-se uma narrativa de que o assalto foi efetivado, de uma possível arma de fogo, em contraposição à realidade, que foi apenas uma situação “suspeita”, denunciada pelos passageiros sob uma lente carregada e introjetada de insegurança e racismo,

já que na construção social do criminoso a pele e traços negros são associados ao crime. As imagens exibidas são afirmadoras do estereótipo criado sobre quais sujeitos serão os suspeitos:

Figura 2: Imagens de jovens suspeitos de assalto a ônibus.



Fonte: Programa Balanço Geral - PA, Dados da Pesquisa, 2020.

Após a exibição dos dois jovens suspeitos, a reportagem continua a descrição do acontecido em entrevista com os demais atores da situação.

Repórter: Eles estavam realmente em atitude suspeita?

Motorista: tava. Tava sim em atitude suspeita e querendo coagir os passageiros aí atrás, queriam algum valor, alguma moeda entendeu. Sempre eles tentam subir assim.

(Fonte: Matéria 23, Dados da pesquisa, 2020.)

O diálogo entre o motorista e repórter evidencia a suspeita dos rapazes e não aponta com concretude quais foram as reais atitudes suspeitas, não apontam a tentativa de assalto e uso de armas. Toda denúncia e exibição se apoia na suspeita de uma possível tentativa de assalto, que pela descrição do motorista, se encaixa nas cenas cotidianas da entrada de jovens em situação de vulnerabilidade pedintes de dinheiro. A abordagem policial se desenrola da seguinte maneira:

Repórter: Ônibus que nesse momento vai sendo abordado pela polícia. Os agentes de segurança pública continuam fazendo questionamentos pra esses suspeitos, perguntando onde eles subiram [...] **os dois tiveram atitude suspeita**, segundo o motorista. A atitude deles é claro levantou a suspeita não só do motorista, do cobrador, **mas principalmente dos passageiros que estavam saindo do**

trabalho, a maior parte deles e indo pra casa. Vou conversar com o cobrador desse ônibus [...] eu conversei ainda agora com o Michel, com o motorista e ele disse que esses dois rapazes teriam subido ali no bairro da sacramento e logo despertaram a atenção do senhor também? Pela suspeita?

Cobrador: Sim, sim! Justamente porque eles entraram por trás e sem permissão.

(Fonte: Matéria 23, Dados da pesquisa, 2020.)

No diálogo entre repórter e motorista é evidenciada a sensação de insegurança sentida pela população, que foi despertada pela entrada de dois jovens negros, o que em determinadas situações e com sujeitos com demarcadores em situação de privilégio em raça e classe não estariam classificados enquanto suspeito. A subida dos jovens causou insegurança e suspeita, segundo o cobrador justifica, porque a entrada foi sem a permissão do condutor. Porém, esta ação não se configura como crime, mas foi logo associada a uma tentativa de assalto porque os sujeitos correspondem à imagem dos corpos-alvos de suspeita. Entretanto, a situação era de mera suspeita, sem nenhum fundamento. Mesmo assim, no desenrolar da abordagem, a situação termina com o discurso do repórter levantando mais suspeitas sobre os jovens. Além da possibilidade do porte de uma arma de fogo, citada no início da matéria, que não foi encontrada e provavelmente não existiu, são citados possíveis antecedentes criminais, fuga da polícia e afirmação do recebimento da denúncia de um assalto.

A matéria exhibe a revista corporal, as perguntas e a imagem dos jovens resultou em mais uma abordagem policial invasiva com contexto distorcido, exibido no programa e sem provas concretas. Assim, fortalecendo na população a imagem dos sujeitos criminosos, uma polícia defensora e os que trabalham em cidadãos de bem.

Este contexto que mostra suspeitos em situação de emboscada, sob possível flagrante, em uma suspeita que pretende-se ser confirmada em crime, se configura em uma montagem de cenários de recortes do cotidiano policial, de possíveis denúncias de cooperação da população com a polícia, assim fixando no imaginário dos telespectadores a afirmação da eficácia da atuação policial. Assim, as inúmeras abordagens policiais feitas nos territórios criminalizados são justificadas, para que se encontrem sujeitos acusados de crimes, foragidos e aliados do tráfico para serem exibidos.

Quando se aponta a presença de “montagem” é porque identificamos como discursos aliados a imagens em edição criam contextos superficiais, disputando as narrativas e reduzindo a complexidade dos problemas sociais crônicos da nossa realidade. Problemas históricos que, ao serem transmitidos isoladamente desta forma espetacularizada e

manipulada, reverberam no real, fortalecendo a manutenção de práticas de criminalização, encarceramento em massa, linchamentos e desconfiança social amparadas no racismo. Se fortalece a ideia de combate ao criminoso e não do crime.

Definindo qual crime será o mais repudiado, o mais temido, então cria-se o criminoso, o vilão. Nas matérias os sujeitos apontados enquanto criminosos são categorizados enquanto jovens, adolescentes, elementos de alta periculosidade, propícios suspeitos, mal social. A polícia, repórteres e apresentador criam rótulos para intitular todos os suspeitos exibidos, destacando no título e nas descrições, a partir desses rótulos condenam a imagem do sujeito, seus fenótipos, roupas, acessórios, tatuagens e sua raça.

3.2 Defensores do cidadão de bem: exaltação e produtividade policial

Os agentes policiais têm o papel de protagonistas nas matérias veiculadas pelo telejornal em estudo. Têm liberdade para expor suas opiniões livremente, destilar ódio aos acusados e mesmo divulgar frente às câmeras sua brutalidade, traduzida como mero cumprimento do seu trabalho. Enquanto ator principal, agente de voz ativa e liberdade de atuação, os policiais garantem a reprodução da “boa” imagem da corporação e da necessidade de sua existência para manutenção da ordem. A exaltação está direcionada em especial para os batalhões cujos comandantes e operações são sempre divulgados, como se houvesse mesmo um *merchand* institucional. Um exemplo é o 24º batalhão da polícia militar e a sua operação *Saturação*, que consistia, segundo os policiais, em “passar o pente fino” em territórios apontados como dominados pelo tráfico. Ali foram realizadas muitas abordagens, com invasão de residências e busca por foragidos. Esta operação foi divulgada nas matérias como exemplar para o combate à violência, pois focava no tráfico de drogas, que seria a raiz dos demais crimes, segundo os policiais. A operação realizou nesse período de 2020 inúmeras apreensões de drogas e o seu comandante foi reconhecido pela dureza no tratamento aos presos e apreendidos.

A figura abaixo representa a síntese da forma como a imagem da polícia é construída nas matérias. Com o fuzil na mão direita e o microfone na mão esquerda, o policial tem a autoridade para apresentar sua narrativa ao público, acentuando o poder exercido pela polícia. O policial na imagem simbolicamente carrega duas efetivas armas de dominação e extermínio.

Figura 3 – Imagem de policiais veiculada no programa Balanço Geral.



Fonte: Programa Balanço Geral - PA, Dados da Pesquisa, 2020.

Os efeitos dos telejornais, além do impacto nas visões e opiniões de seus telespectadores, também estão na ação policial, que quanto mais se demonstra bruta, mais chama atenção para o programa e garante sua audiência. Observamos, por exemplo, que em uma matéria, ao conduzir uma pessoa detida e algemada o policial apenas segura nos braços para acompanhar até a delegacia, mas, ao avistar uma câmera posicionada na entrada da delegacia empurra o detido para baixo e força seu braço, como mostra a figura 4 a seguir:

Figura 4 – Policial conduzindo suspeito foragido para a delegacia.



Fonte: Programa Balanço Geral - PA, Dados da Pesquisa, 2020.

Outro efeito dessa presença massiva do trabalho policial nas matérias, também está a exaltação à suposta produtividade policial. Produz-se o sentido de eficácia da corporação, com relação ao número de prisões, captura de foragidos e apreensão de drogas. Os programas sempre terminam parabenizando as ações da polícia e estimulando o encarceramento e as constantes abordagens. Os policiais e batalhões que cumprem tais feitos têm tempo reservado de fala nos programas e têm seus nomes destacados. Se pudéssemos fazer uma analogia a uma empresa, esses policiais seriam designados como “os funcionários do dia”. Trabalhando para exhibir os frutos de um sistema desigual, de racismo estrutural aliado ao espetáculo encenado e criado sobre corpos e vivências estigmatizadas.

Os policiais são apresentados como heróis, como sujeitos especialistas e profissionais detentores das soluções dos problemas de segurança pública, clamando pelo endurecimento das leis punitivas e maior liberdade para o endurecimento das abordagens. Observa-se também que comandantes e delegados são construídos como figuras públicas políticas, aptas à disputa de cargos eleitorais. Como exemplo desta disputa e efetividade da construção da imagem do policial interventor e salvador temos no Pará o exemplo do atual deputado federal Eder Mauro³ que consolidou sua imagem entre os jornais policiais exibindo ações enquanto atuava como delegado.

É neste cenário que se firmam policiais figuras públicas políticas de seus batalhões. Os telejornais policiais servem como seus primeiros programas de propaganda eleitoral, com liberdade e tempo para emanar suas opiniões e sua imagem, utilizando os corpos de jovens negros como plano de fundo, disseminando sua ideologia de criminalização e apresentando-se como alternativa política.

Os policiais candidatos a cargos políticos são reflexo da política do medo instaurada na sociedade brasileira: são eleitos disseminando discursos da ordem de segurança pública e garantem seus votos nos mesmos territórios que criminalizam e exterminam.

³ Delegado de polícia, PC/PA filiado ao Partido Liberal. Eleito deputado(a) Federal - 2015-2019, PA, PSD, Dt. Posse: 01/02/2015;
Deputado(a) Federal - 2019-2023, PA, PSD, Dt. Posse: 01/02/2019.
Reeleito Deputado Federal em 2022 sendo o 2º mais votado do estado.
<https://www.camara.leg.br/deputados/178908/biografia>

3.3 Entre os inimigos da “guerra”: famílias

Entre a construção dos suspeitos versus cidadão de bem, existem inúmeros sujeitos sociais que rodeiam esta dicotomia e as famílias dos indivíduos demarcados como suspeitos destacam-se na presença exibida pela mídia. Essas famílias se encaixam aos moldes da família brasileira, que segundo o IBGE (2010), quase metade das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. Estas, que no papel de mãe, esposas ou até mesmo suspeitas têm evidente papel no sentido de questionar a atuação da mídia através de atos de resistência, recusando-se a exibir os corpos de seus familiares e os seus próprios corpos.

Enfrentam as acusações, defendem a imagem e tentam preservar a memória, quando seus familiares são vítimas de assassinato. Nessas ocasiões não são respeitados seus sofrimentos e sentimentos de luto. Pelo contrário, as câmeras buscam expor o sofrimento da família, incluindo esse sofrimento no espetáculo na morte. Frente às acusações e justificativas pela morte física das vítimas, as famílias lutam para evitar sua morte social, insistindo não se tratarem de criminosos, mas de pessoas respeitáveis e dignas de vida. Os familiares empregam a narrativa que se repete apontando seus entes queridos como pessoas trabalhadoras, estudiosas e com boas relações em seus círculos sociais, ou seja, para defendê-los e a si mesmos da estigmatização, é necessário provar que o sujeito se enquadrava aos formatos de vida associados aos ditos “cidadãos de bem”.

A banalização da dor está presente nas imagens dos familiares que, em momentos de perda e de apreensões são exibidos e entrevistados. Esta dor, como aponta Piedade (2017), é a dor vivenciada especialmente por mulheres negras, de perda, da escravidão, do racismo e machismo. Ilustra-se a seguinte matéria como demonstração de intervenções das mulheres que também são atingidas pela criminalização. A esposa de um homem apontado como foragido enfrenta as câmeras tentando impedir a filmagem de seu marido. Mesmo assim, a montagem de exibição do programa destaca a foto do acusado conforme a figura 5.

Figura 5 – Exibição do acusado e sofrimento da esposa



Fonte: Programa Balanço Geral – PA, Dados da pesquisa, 2020.

A matéria com o título *“nem adianta gritar”* revela o conteúdo irônico e desumanizado que compõe o acervo do telejornal policial, além dos crimes em si é feito o espetáculo da dor dos familiares atingidos, destaca-se no momento de luta a esta exibição o local de mulheres negras mães ou esposas dos acusados que em tentativa de humanizá-los cumprem o papel de defensoras, assim sendo estigmatizadas com rótulos de “mulher de bandido” ou cúmplices, por isso, mesmo que sem acusações ou envolvimento em crimes estas mulheres carregam em seus corpos também o alvo da criminalização, estando os efeitos do racismo e machismo entrelaçados neste cenário.

Figura 6 – esposa de homem apreendido cobrindo sua imagem das câmeras



Fonte: Programa Balanço Geral - PA, Dados da Pesquisa, 2020.

As famílias das pessoas envolvidas são estigmatizadas. Outro exemplo é exposto na matéria intitulada *“Preso por tráfico de drogas dentro de casa: acusados vendiam na frente da própria família”*. A matéria se inicia com imagens de uma mulher branca e um homem negro de costas algemados, a narração da apreensão foi feita por um policial:

Trata-se de venda de drogas, o que ele não conseguiu engolir jogou pra debaixo da cama, o que ela tinha, já tava bem perto já. No caso o resultado é isso, **já tem preso duas pessoas que já tem passagem pelo tráfico de drogas**, que estão dando mal exemplo. O sujeito vendia pela janela. Ele até engoliu quatro petecas. A adolescente de 14 anos, por exemplo, falou na frente de todos nós aqui *‘papai tá vendendo isso porque precisa, eu não acho que isso é crime’*. A gente fica imaginando **o que será o futuro de dois jovens**, uma criança e uma adolescente. Então a gente tá tirando de circulação e **que sirva de exemplo** a todos tá? O crime não compensa!”.
(Fonte: Matéria 26, Dados da pesquisa, 2020).

A produção do programa pressupõe que o tráfico seria também o futuro da criança e da adolescente presentes, os criminalizando, apontando a reincidência criminal dos acusados, e deixando um recado: “que sirva de exemplo”, causando a sensação de terror aos jovens

criminalizados.

A fala da adolescente em questão é uma narrativa contrária à criminalização proibicionista e punitivista exibida pelo programa. A defesa feita aponta a estrutura desigual que fomenta a vulnerabilidade social e quebra de direitos em que estão postos os acusados e sua família. A narrativa da matéria não é direcionada aos crimes contra os direitos da criança e adolescente, aponta-se diretamente para o tráfico de drogas enquanto o único crime.

O discurso do autoritarismo conservador defende um padrão de composição familiar com papéis bem definidos, com o homem defensor de sua esposa recatada e responsável pelos filhos. Esta é apresentada como a família tradicional a ser defendida, junto com seu patrimônio.

A exposição exacerbada, narração de fatos distorcidos, utilização de humor, ironias e acusações sem provas compõem o acervo do programa analisado e dos programas que seguem esta mesma linha de telejornal policial: violam noções de ética do jornalismo, violam direitos humanos e leis do direito de imagem.

O monopólio da televisão brasileira por poucas corporações midiáticas garante a liberdade para que programas como este possam influenciar a opinião pública acerca das soluções sobre segurança pública, direcionando para saídas imediatistas, individualizantes e sem propostas estruturais, deixando assim um terreno propício ao punitivismo utilizado por apresentadores que se apresentam enquanto alternativa política e, em cima do discurso punitivista, garantem sua influência política em debates acerca de penas judiciais, maioria penal e pena de morte. Assim, se alinham e fortalecem ideais de extrema direita, dominantes nas políticas da atualidade.

4 – TELEJORNAL POLICIAL E A PROPAGAÇÃO AO DISCURSO AUTORITÁRIO

A eleição presidencial do Brasil em 2018 mostrou o terreno fértil em torno do debate da segurança pública: a política de defesa em armar a população, encarceramento em massa e redução da maioria estava em constante destaque nos discursos do então candidato Jair Bolsonaro. Amparando esse discurso estava todo um aparato repressivo e ideológico, com policiais nas ruas abordando, perseguindo e por vezes exterminando jovens negros e periféricos, telejornais policiais e seus âncoras argumentando em defesa destas ações e a população consumidora deste conteúdo absorvendo as imagens, normalizando a desumanização dos jovens e, assim, os criminalizando. Produzindo na imagem do corpo-alvo,

o inimigo comum.

Produz-se, em certo sentido, um tribunal popular, no qual o cidadão que se concebe enquanto cidadão de bem, o não criminoso, por isso se vê como juiz, responsável por julgar, punir e excluir aqueles que, nas narrativas de extermínio, são os corpos-alvo responsáveis pela violência, assim justificando as violações de seus direitos, mortes físicas e/ou sociais.

Na introdução deste trabalho questionamos a quem serve a criminalização, encarceramento e extermínio da juventude negra. Utilizando também da imagem exemplifico os indivíduos representantes de um sistema de racismo estrutural que, segundo Silvio Almeida (2018), fornece o sentido para a produção dos modelos desiguais e violentos que formam as sociabilidades contemporâneas. Sendo o racismo pilar da organização política e econômica da sociedade brasileira, suas instituições são infiltradas por esta lógica.

Figura 7 – a quem serve a criminalização



Fonte: Uol notícias, 2021.

A figura 7 acima é uma síntese da ideologia que constrói o autoritarismo contemporâneo e suas políticas. Na imagem está o presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro, ao seu lado o âncora de um dos maiores telejornais policiais da TV aberta, Sikera Junior, na mesma foto o ministro da educação do governo Bolsonaro, o pastor Milton Ribeiro. A imagem mostra Bolsonaro e os demais sorrindo com um cartaz ao centro, que representa um CPF gigante com a palavra “cancelado”. A expressão “CPF cancelado” representa a naturalização da política de extermínio. É uma expressão utilizada por policiais e milicianos para se referirem aos sujeitos

que são assassinados por policiais ou membros da milícia. O CPF cancelado é um sujeito morto mesmo antes de que sua morte física seja executada, visto que o sentido de CPF é o registro de um detentor de direitos, que ao ser cancelado não possui direito a defesa, inocência, liberdade e a vida.

A imagem é composta pelos vários elementos da política de extermínio, o poder executivo (presidente da República), apoiado pelo discurso conservador e moralizante (pastor Milton Ribeiro) e a legitimidade da opinião pública (Sikera Junior), montando o cenário de banalização do extermínio da juventude negra. Todos são homens brancos que apoiam-se na sua branquitude para propagar a violência racista das políticas de segurança pública do Estado brasileiro. A violência racista, punitivista é intrínseca ao autoritarismo brasileiro pois, segundo Boito (2021), a denúncia de um país racista ameaça a suposta hegemonia nacional pregada pelo nacionalismo bolsonarista, ou seja, a luta antirracista seria inimiga do autoritarismo.

A política do ódio baseada em ideais autoritários de repressão e punição tem como pilares o discurso da moralidade e dos bons costumes e ideais liberais de individualismo e meritocracia. Segundo Schwarcz (2019), tendências autoritárias funcionam pela lógica dos ódios e dos afetos, lógica que apoia-se no binarismo do “nós contra eles”, que produz desconfiança em relação àquilo que não pertence à própria “comunidade moral”.

Este discurso binário serve como propagador das desconfianças entre grupos sociais e se materializa nas instituições e no campo político. Segundo Duprat, acaba por incitar movimentos que acontecem simultaneamente e apoiam-se entre si.

A convergência desses movimentos de desfiguração do Estado de bem estar social, a ideologia neoliberal, a teologia da prosperidade e crescimento de uma pauta moral conservadora, que vê a escola com desconfiança – vai organizar discursivamente o sentimento contra as institucionalidades e fragiliza-las. Nesse imaginário, o único espaço legítimo que cabe ao Estado é o da segurança pública. (Duprat, 2020).

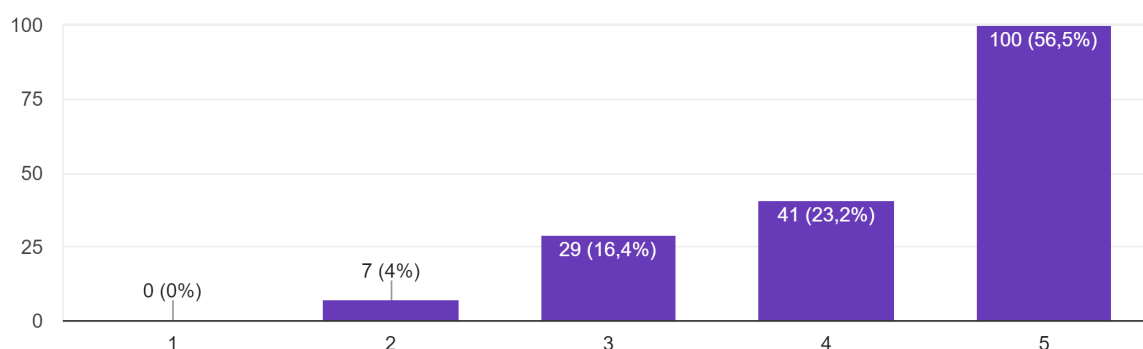
Considera-se que essas imagens e narrativas em constante repetição nos telejornais policiais podem ter influência direta na opinião dos seus telespectadores. Para entender se existem efeitos de sentido associados à audiência de tais programas televisivos, realizamos uma pesquisa com perguntas estruturadas procurando medir o nível de aceitação a afirmações autoritárias entre diferentes grupos. A amostra foi composta por 178 respondentes que tinham a idade média de 29 anos e cuja renda familiar mensal média declarada foi de cerca de R\$ 3.770. Sobre a raça dos respondentes, houve uma distribuição de 25% de brancos, 52% de pardos, 21% de pretos e 0,56% de amarelos. Quanto ao gênero, 56% declararam-se mulheres, 43% homens e 1% de outro gênero. O questionário auto aplicado digitalmente foi composto

por afirmações e as escalas de concordância foram medidas para questões como a sensação de insegurança, percepção sobre a segurança pública e adesão a afirmações autoritárias. Abaixo as ilustrações e discussões acerca destes dados.

Figura 8 – percepção sobre o aumento da violência em Belém

A violência tem aumentado muito em Belém nos últimos anos.

177 respostas



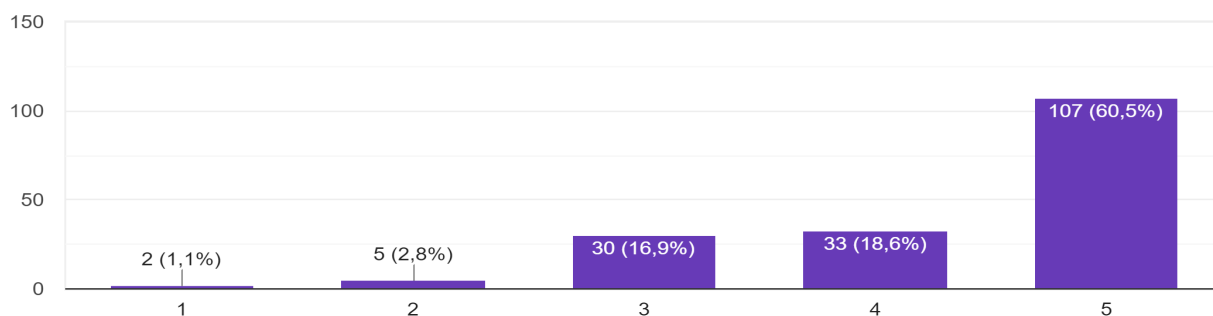
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Os centros urbanos como Belém são vistos pela sua população como grandes centros de violência, na amostra desta pesquisa 56,5% dos participantes concordam muito que a violência tem aumentado na capital, a sensação de insegurança e medo é compartilhada.

Figura 9: nível de medo de roubo, assalto ou furto

Ser roubado, assaltado ou furtado em casa, no transporte ou na escola/trabalho.

177 respostas

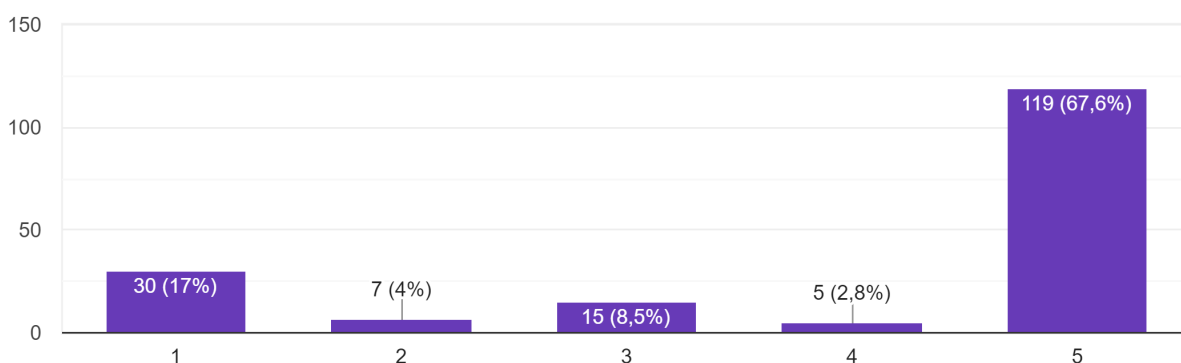


Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

A insegurança tem como justificativa o medo dos crimes. Roubo, agressão sexual, agressão física e violência policial foram os crimes citados para medir o nível de medo dos participantes, todos tiveram mais de 50% de afirmação em sentir muito medo nas quatro situações, sendo o crime de agressão sexual o mais temido (67,6%), seguido do medo de roubo, assalto e furto (60,5%).

Figura 10: medo de agressão sexual

Ser vítima de agressão sexual.
176 respostas



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Para uma noção geral acerca da predominância dos discursos a partir de determinadas afirmativas da amostra, foi medido o nível de concordância para questões acerca da violência cotidiana, de soluções quanto a questões da segurança pública e concordâncias morais.

Conforme tabela 1:

Tabela 1: níveis de concordância sobre as afirmações acerca da violência em Belém

Nível de concordância	Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
-----------------------	---------------------	----------	----------------------------	----------	---------------------

A violência tem aumentado muito em Belém nos últimos anos.	0,0%	1,83%	11,37%	21,44%	65,36%
Quanto mais pessoas presas, mais segura estará a sociedade.	12,25%	12,69%	32,17%	12,25%	30,63%
O problema da violência pode ser resolvido com leis mais punitivas.	5,89%	11,43%	19,82%	16,43%	46,43%
A posse de armas pode dar mais segurança aos cidadãos.	39,33%	18,00%	13,00%	8,00%	21,67%
As pessoas que "fazem justiça com as próprias mãos" são vítimas que agem se defendendo da criminalidade.	10,97%	13,08%	25,95%	19,41%	30,59%
Eu sou a favor da redução da maioridade penal, ou seja, os adolescentes devem ser punidos como adultos por seus crimes.	10,76%	6,68%	13,36%	8,91%	60,30%
Para alguns tipos de crimes eu sou favor da pena de morte.	13,51%	4,63%	9,27%	10,81%	61,78%
Melhorar as condições das prisões brasileiras é fundamental para reduzirmos o poder do crime organizado.	1,77%	3,53%	7,34%	14,67%	72,69%

A maior causa da violência é a impunidade dos criminosos.	3,19%	7,67%	16,77%	23,64%	48,72%
--	-------	-------	--------	--------	--------

Fonte: Elaboração da autora, Dados da pesquisa, 2021.

No que diz respeito aos níveis de concordância com afirmações sobre violência constata-se que 63% concorda totalmente que a violência aumentou nos últimos anos em Belém. Sendo que nenhum integrante da amostra discorda totalmente dessa afirmação.

Em relação às políticas de segurança pública autoritárias e mais punitivas, houve diferentes níveis de concordância. Quando perguntados se a segurança está ligada ao número de pessoas encarceradas, vimos que o maior percentual (32%) nem discorda e nem concorda com a afirmação. Entretanto, sobre a possibilidade de endurecimento das leis punitivas, 46% concorda totalmente que deve haver esta mudança. Sobre a posse de armas dar mais segurança aos cidadãos, 39% concordam totalmente. Entre os respondentes, 31% concordam totalmente que quem faz justiça com as próprias mãos são vítimas optando pela autodefesa.

Na amostra geral, os mais altos níveis de concordância estão concentrados na redução da maioria penal (60%) e na pena de morte para determinados crimes com (62%). Quanto às formas de combate ao crime organizado a melhoria das prisões tem 73% concordância e acerca da causa da violência ser a impunidade 49% estão em total concordância.

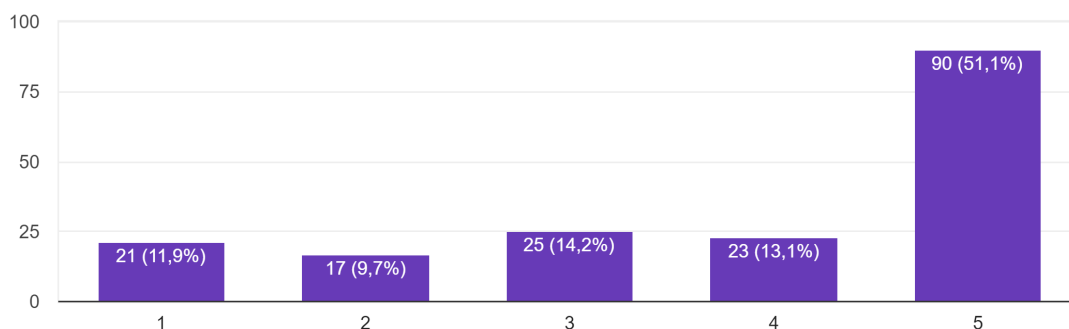
Os altos níveis de concordância com conteúdo que aderem ao discurso autoritário revelam que grande parte da amostra em questão é adepta a este discurso. A mesma população que afirma ter forte sensação de medo também é captada pelas saídas das políticas de extermínio e encarceramento.

Em contraposição a este discurso de fortalecimento de leis e trabalho policial está a alta sensação de insegurança em relação a polícia, o medo da abordagem policial e agressão é demonstrado por 51% sentirem muito medo, revelando que o constante discurso de transgressão das leis em relação ao abuso de poder também provoca medo na população.

Figura 11: Nível de medo da violência policial

Ser abordado e agredido por parte das Polícias Civil ou Militar.

176 respostas



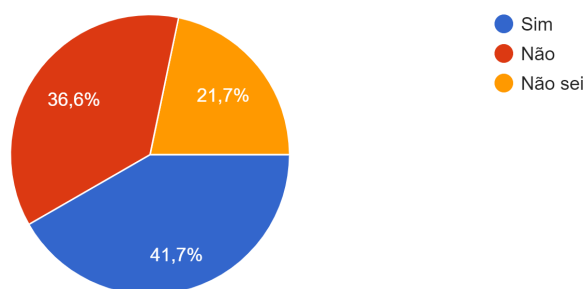
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O medo acentuado a partir das matérias se traduz em vários fenômenos sociais, dentre eles o racismo. De acordo com Mbembe (2014), o racismo fóbico, ou seja o medo racial é definido como a visão do “outro não como semelhante a si mesmo, mas como objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou que, simplesmente, é preciso destruir, devido a não conseguir assegurar o seu controle total” (Mbembe, 2014, p. 26). Sendo os jovens negros caracterizado como criminosos, socialmente aceita-se que sua imagem seja veiculada sem censuras, seus corpos feridos sejam exibidos como exemplo para outros possíveis acusados, suas vidas sejam tiradas em nome da segurança, conforme figura 12.

Figura 12: veiculação de imagens dos suspeitos

Você acha correto veicular as imagens dos suspeitos de crimes nos telejornais policiais?

175 respostas



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

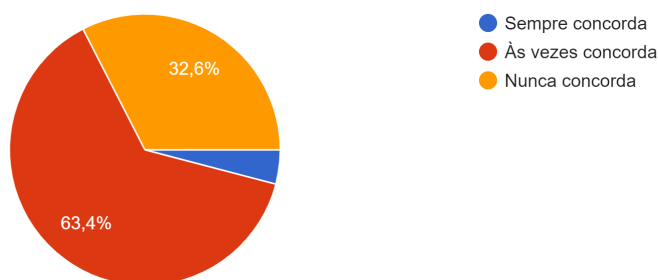
O efeito desumanizador do racismo adjunto ao discurso punitivista empregado politicamente e ideologicamente nos programas fortalece discursos de quebra de direitos democráticos individuais, como o direito à própria imagem, sendo 41,7% os que concordam com a exibição dos suspeitos do crime. Vianna e Sarquis (2014), apontam como se dá esse processo:

Tudo nestes programas é pensado para convencer o telespectador da culpa dos suspeitos ali exibidos, sem qualquer responsabilidade quanto ao dano que se possa provocar aos seus direitos à honra e à imagem. Tudo é construído como se quem estivesse sendo exibido ali fosse uma mera personagem de uma história elaborada para entreter o telespectador” (Vianna e Sarquis, 2014).

A imagem estampada em situação degradante retira a possível identificação do telespectador com o sujeito, sendo reduzido à bandido não está mais na condição de humano, de sujeito de direito, apenas mais um “CPF cancelado” como os policiais e apresentadores costumam se referir.

Figura 13: tribunal da justiça pelas próprias mãos

Sobre as opiniões dos apresentadores desses telejornais você:
172 respostas



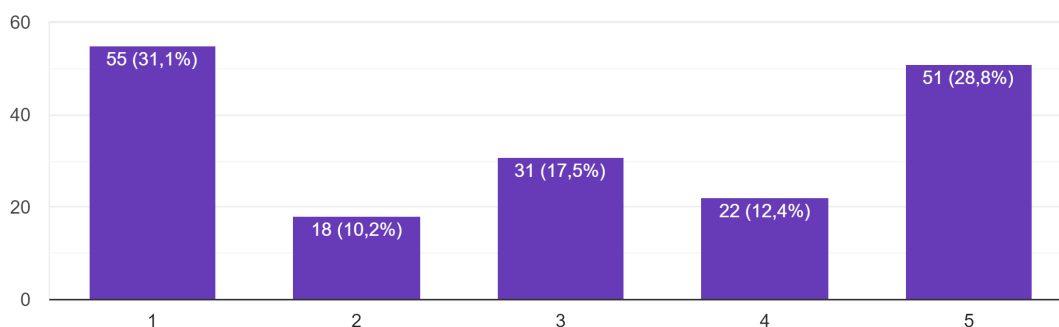
Entre a amostra, 63,4% às vezes concorda com o discurso feito pelo apresentador. As narrativas empregadas diariamente e repetidas fazem parte de uma disputa ideológica cruzada no campo político, a polarização política vivenciada na conjuntura brasileira reflete na realização de grandes debates que permeiam a opinião pública.

Estando fixado no imaginário acerca da realidade os crimes, a sensação de insegurança e o criminoso cria-se um tribunal popular, assim como o apresentador, repórteres e policiais tem a liberdade de julgar imediatamente os acusados, em local de vítima a população que não se reconhece no acusado para se desvencilhar da imagem criminal penaliza também, cumprindo o discurso pregado nos programas.

A legalização das drogas é uma discussão que divide opiniões, o proibicionismo atravessa diversos campos da criminalização do consumo e da venda. O enfrentamento ao tráfico é concebido para a polícia enquanto “carro chefe” do combate a criminalidade, é o foco principal das operações, sendo o principal crime causador de encarceramento em massa, a tipificação com maior incidência no sistema prisional, em uma média de 27% (Borges, 2018).

Figura 14: tráfico e legalização das drogas

A legalização das drogas seria uma forma eficaz de combater o crime organizado.
177 respostas



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

A figura acima demonstra a polarização acerca deste debate, sendo 31,1% discordam totalmente e 28,8% concordam totalmente. Este debate posto como pauta de política pública de combate ao crime organizado divide opiniões e mesmo que os estudos acerca do proibicionismo apontem a necessidade de descriminalização o debate público é guiado por concepções morais fortalecidas pelo próprio discurso defendido nos telejornais.

4.1 Telespectadores do telejornal e propensão ao autoritarismo

A tabela 2 abaixo investiga a possível associação entre duas variáveis: a frequência com que os respondentes assistem a telejornais policiais e a concordância com afirmações de cunho autoritário, como a concordância com a pena de morte. Podemos observar que, entre aqueles espectadores mais assíduos destes telejornais, a concordância com estas afirmações é muito maior do que ocorre na amostra total (com diferenças que variam de 10 a 33 pontos percentuais), ou seja, os dados sugerem associação entre os telespectadores de telejornais policiais e uma preponderância à adesão de ideias autoritárias.

Tabela 2: autoritarismo e programas policiais

Concordam com as afirmações abaixo:	Muitas vezes por semana	Raramente	Não assisto	Amostra total
O problema da violência pode ser resolvido com leis mais punitivas.	69%	44%	29%	42%
A posse de armas pode dar mais segurança aos cidadãos	24%	11%	4%	11%
As pessoas que "fazem justiça com as próprias mãos" são vítimas que agem para se defendendo da criminalidade	55%	32%	16%	30%
Para alguns tipos de crimes eu sou favor da pena de morte	76%	47%	28%	44%
Eu sou a favor da redução da maioria penal, ou seja, os adolescentes devem ser punidos como adultos por seus crimes	76%	51%	22%	43%

O Brasil precisa de líderes valentes e dedicados para acabar com a violência, muito mais do que precisa de leis ou planos políticos.	50%	38%	28%	34%
Os policiais não devem ser punidos em caso de cometer homicídios em serviço, ou seja, no cumprimento do seu dever legal.	40%	23%	12%	21%
A maior causa da violência é a impunidade dos criminosos.	90%	58%	38%	55%
A obediência e o respeito à autoridade são as principais virtudes que devemos ensinar às crianças e aos jovens	73%	37%	13%	38%

Fonte: Elaboração da autora, Dados da Pesquisa, 2021.

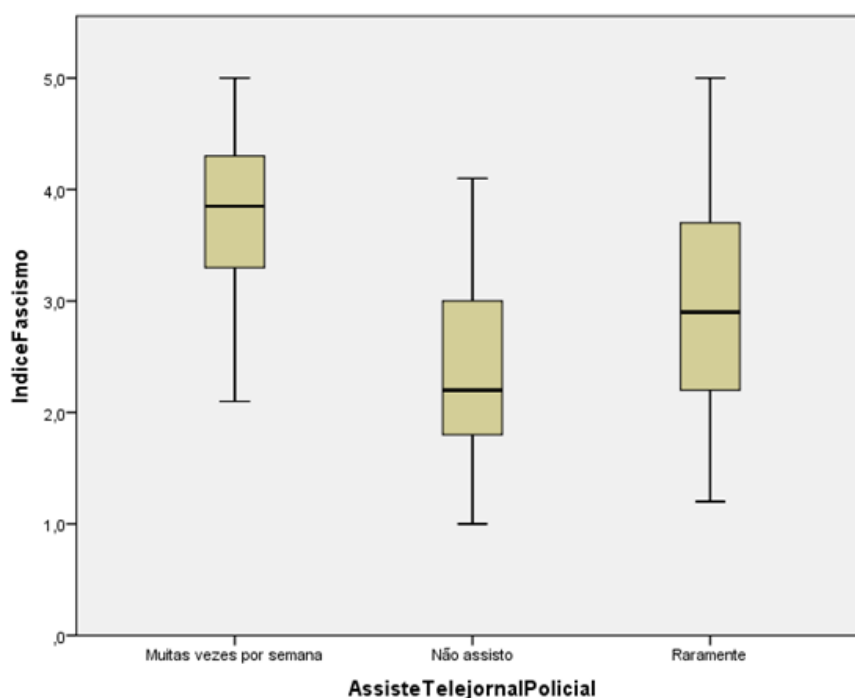
Destaca-se as concordâncias com afirmativas de leis mais punitivas tiveram 69% de acordo pelos que assistem muitas vezes por semana em comparação com 29% dos que não assistem, a pena de morte é defendida por 76% dos que assistem muitas vezes por semana, e os que não assistem 28%. O discurso de que no Brasil a impunidade é a causa dos crimes é a maior concordância, 90% dos que assistem regularmente concordam com este discurso, em contrariedade a realidade brasileira que segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), entre 2013 e 2021 tiveram 43.171 vítimas da letalidade policial, sendo a taxa por 100 mil habitantes de 1,0 de brancos vitimados e 4,5 entre pessoas negras, ou seja, uma pena de morte não oficializada está em curso. No que se refere às prisões, até 2021 o sistema penitenciário teve 815.165 aprisionados, com um déficit de vagas de 180.696. Pode-se levantar ainda as penalidades informais como o linchamento público. Estes dados revelam que o discurso da impunidade está na ordem somente para legitimar a política de extermínio.

Constatando os altos níveis de concordância, elaboramos um índice de autoritarismo, composto pela média dos níveis de concordância com as afirmações abaixo. Assim, os índices acima de 3,0 correspondem às pessoas cujos valores podem ser considerados autoritários.

Ao cruzar esse índice com as categorias referentes à frequência com que assistem os telejornais policiais, identificamos que mais de 75% dos entrevistados que afirmaram assistir muitas vezes por semana, apresentaram um índice acima de 3,0. Enquanto entre aqueles que não assistem a estes programas, 75% apresentaram um índice abaixo de 3,0. (Figura 14). O que sugere uma correlação entre o índice de autoritarismo e a frequência com que assiste a

telejornais policiais.

Figura 15: índice de autoritarismo entre os telespectadores



Sobre a hipótese de que haveria uma correlação entre o índice de medo e o índice de propensão ao apoio de posições autoritárias, nossa pesquisa não demonstrou tal correlação. Não existe diferença na média do índice de medo entre os grupos, o que sugere que a sensação de medo não é mais ou menos afetada pela audiência aos programas. Entretanto, observamos uma diferença de 61% no índice de propensão ao apoio de posições autoritárias entre aqueles que assistem muitas vezes por semanas e aqueles que não assistem (tabela 3).

Tabela 3: medo e autoritarismo

Frequência com que assiste a telejornais policiais:	Índice de Medo (média)	Índice de propensão ao apoio de posições autoritárias (média)
Muitas vezes por semana	4,31	3,70
Raramente	4,11	2,90
Não assisto	4,18	2,30

Fonte: Elaboração da autora, Dados da Pesquisa, 2021.

Outro efeito de sentido dos telejornais policiais seria o aumento da confiança da população nas agências de segurança pública. Para compararmos o nível de confiança, perguntamos se o respondente teria mais medo que confiança ou mais confiança que medo na polícia (ou se não saberia opinar). Na amostra total identificamos que 23% têm mais confiança que medo na polícia. Cruzando estes dados com classificações como classe, raça e frequência que assiste a telejornais policiais, identificamos que apenas entre aqueles que assistem a telejornais policiais muitas vezes por semana a confiança na polícia aumenta muito, uma diferença de 14 pontos percentuais.

Tabela 4: raça, classe e confiança na polícia.

Categoria	Têm mais confiança do que medo na polícia
Classe C	22%
Classe D/E	22%
Branco	23%
Pardo	24%
Preto	22%
Assiste a telejornais policiais muitas vezes por semana	37%
Assiste a telejornais policiais raramente	23%

Nunca assiste a telejornais policiais	17%
--	------------

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Raça e classe não foram influenciadores da confiança na polícia, somente a frequência com que assiste aos jornais influenciou. A exposição constante aos discursos e imagens empregados no telejornal forma composições sociais distintas, os dados revelam que a influência é materializada na adesão dos discursos empregados pelo programa, discursos estes que são práticas políticas, visto que a disputa de narrativas acerca da realidade da segurança pública brasileira se dá nos campos informais do debate e permeiam as discussões de gestores e tomadores de decisão na área institucional.

Sobretudo, legítima a política de extermínio, garante que os vitimados não tenham poder de reação ou defesa, provoca naqueles que se diferenciam não serem também vítimas a tomar o lado de defensor desta política. Disseminar o medo, insegurança cria uma cortina de fumaça que esconde a estrutura das causas da violência, das raízes das desigualdades, máscara o sistema e conjunto de exploração e opressão que geram em último os sujeitos que irão ser exterminados. Garantem publicamente que o direcionamento da raiz do problema seja de responsabilidade do sujeito, do indivíduo, como uma questão ética e moral. Também fortalece a transferência de responsabilidades do Estado em assegurar a proteção, o discurso de autodefesa, justiça pelas próprias mãos isenta as instituições de suas responsabilidades funcionais e desloca para a sociedade civil.

Assim descreve-se uma realidade permeada pelo medo da violência, com alta insegurança, sem confiança nas autoridades e que no campo das reivindicações de políticas públicas tem uma população adepta de discursos legitimadores do encarceramento em massa, a repressão policial e extermínio.

CONCLUSÃO

O medo possui papel determinante na produção do racismo, os efeitos de sentido e sensação provocados nos telespectadores diante das inúmeras matérias criminalizadoras acentuam e permitem a perpetuação estrutural, institucional e individual da produção do racismo alicerçado em mitos como o negro ladrão, sujeito suspeito, causador dos males sociais. A contraditória produção do racismo à brasileira dispõe de verdadeiros desafios às pesquisas que permeiam este tema, a urgência em debater o extermínio da juventude negra está nos efeitos de encarceramento, chacinas, mortes em portas de supermercados,

assassinatos a queima roupa.

A custo de vidas negras tem se legitimado a política do ódio, construído discursos que cada vez mais ganham espaços na disputa política eleitoral, na formulação de políticas públicas da ordem da segurança sendo formuladas pela lógica do extermínio, do combate ao sujeito, sem espaços para discussões baseadas em evidências científicas, políticas de redução de danos, redução da violência policial e uso de métodos inteligentes de intervenção. No campo da segurança pública há um longo caminho a ser trilhado em defesa de políticas pautadas no anti-punitivismo e anti-encarceramento, debate este a ser continuado no que se refere à progressão desta pesquisa.

Acerca do evidente papel legitimador dos telejornais policiais à política de extermínio se faz urgente elaborar estratégias de regulação e combate a este tipo de conteúdo, propagado no cotidiano da televisão brasileira, sem censura de violências, em horário aberto ao público, sem classificação indicativa e que não acrescenta à sociedade os debates fundamentados e jornalismo com a função de informar. Os estudos neste sentido têm avançado e esta pesquisa inicial também caminha para dar suporte teórico e empírico em busca do combate a criminalização, hierarquização e estigmatização causadas pelas arbitrarias manchetes que estampam a mídia paraense.

Neste sentido há em curso o debate de proibição da exibição de programas policiais na televisão aberta, no portal de transparência e-Cidadania foi feita a proposição de ideia legislativa pelo autor Jonas Rafael Rosatto "Proibir programas policiais (sensacionalistas) de serem exibidos pela televisão aberta" com 22.048 apoios, o que levou o projeto para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sendo a sugestão nº 24 de 2020 com consulta pública aberta⁴.

O conjunto de estudos até então elaborados acerca do tema subsidia o debate e dá suporte para as ações de intervenções urgentes. Como caminho de intervenção necessita fortalecer as proposições de combate aos programas, abrir caminhos institucionais políticos para esta problemática e seus efeitos.

Ao que se propôs este trabalho os objetivos foram alcançados, as hipóteses testadas empiricamente que revelam um cenário de desafios múltiplos, multi-crisis da segurança pública, jornalísticas e sociológicas a serem destrinchadas.

Assim, conclui-se que há um processo de criminalização, estigmatização e hierarquização de vidas negras sendo televisionado com discursos legitimadores dessa ordem. Os telespectadores expostos a esse conteúdo fortalecem ideais racistas, punitivistas,

⁴ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=144687>

autoritários que influenciam nas disputas de narrativas permeadas na sociedade. Captados pelo campo político da extrema direita elegem líderes salvacionista propagadores destes discursos violadores de direitos humanos e democráticos. Alteram o tecido social para uma ordem exterminadora e autoritária.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. *Industria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2009.

ALMEIDA, Silvio Luiz. *O que é racismo Estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Tradução de Maria Laura V. de Castro. Introdução crítica de José Augusto Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985 [1969].

BORGES, Juliana. *O que é encarceramento em massa?* Belo Horizonte – MG: Letramento: Justificando, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BUENO, Winnie. *Imagens de Controle: Um Conceito do Pensamento de Patricia Hill Collins*. Porto Alegre; Editora Zouk. 2020.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. *Mídia no Brasil: Concentração das Comunicações e Telecomunicações*. Revista Eptic, ano 2015, v. 17, ed. 03, 20 ago. 2015.

CÂMARA, Flávia Danielle Da Silva. Pegadas de mulheres negras na Amazônia: Rascunhos Descontínuos. In: CÂMARA, Flávia Danielle Da Silva. **Mulheres negras amazonidas frente à cidade Morena: O lugar da psicologia, os territórios de Resistência**. Orientador: Maria Lúcia Chaves Lima. 2017. Dissertação de mestrado (Pós graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

CARVALHO, Marina. *VADIAGEM E CRIMINALIZAÇÃO: A FORMAÇÃO DA MARGINALIDADE SOCIAL DO RIO DE JANEIRO DE 1888 A 1902*. ANPUH Rio de Janeiro, 3 jan. 2006.

Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

CERQUEIRA, Daniel; DE LIMA, Renato Sergio; BUENO, Samira; ALVES, Paloma Palmieri; REIS, Milena; CYPRIANO, Otavio; ARMSTRONG, Karolina (ed.). **Atlas da violência: Retratos dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento Feminista Negro*. São Paulo; Editora Boitempo. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis. 2002.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

DORNELLAS, Mariana Paganote; DE JESUS, Maria Priscila Santos. *O genocídio da população negra no Brasil contemporâneo e seu agravamento a partir da intervenção federal militar no estado do Rio de Janeiro*. Confluente: Revista di studi liberoamericani, v. 10, n. 2, p. 211-236, 23 out. 2018

DUPRAT, Deborah. *A gênese e o funcionamento do governo Bolsonaro – Breves reflexões*. Digital. 2020.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. 2022.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias*. 2017.

HENMAN, Anthony. Pessoa Jr, Osvaldo. Diamba Sarabamba. *Coletânea de textos brasileiros sobre maconha*. São Paulo: Ground, 1986.

LOBATO, Osvaldo. *O Projeto Político Midiático de Redução da Maioridade Penal Associado a Criminalização da Juventude Negra*. Belém: UFPA, 2019.

Luiz Mott. “*A maconha na história do Brasil*”, in: Anthony Henman e Osvaldo Pessoa Jr. (org.), Diamba Sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha, São Paulo, Ground, 1986, pp. 117 e 132-133.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL. *Mapa de comunicação no Brasil*. Digital, 2017. Disponível em: <https://brazil.mom-gmr.org/br/midia/>

MUNIZ, Jaqueline; MONTEIRO, Rodrigo; CECHETTO, Fátima. “*BASTA TÁ DO LADO*” – *a construção social do envolvido com o crime*. Caderno C R H, Salvador, v. 31, n. 82, p. 99-116, Jan./Abr. 2018.

NEGRINI, Michele; TONDO, Romulo. **Jornalismo televisivo e espetacularização: uma análise do discurso do programa Brasil Urgente**. Série: Artes, Letras e Comunicação, S.Maria, v. 7, n. 1, 2006, pp. 35-43

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem**. Tempo social, revista de sociologia, p. 287-308, 1998.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. SP: Pontes Editores, 2007.

Piedade, V. **Dororidade**. Nós. 2017.

SAMUEL, Kristopher- Jon Peter; COSTA, Alda Cristina. **O popular como construção nas narrativas da televisão paraense: uma análise do programa Balanço Geral- PA**. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Rio de Janeiro, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Pesquisa brasileira de mídia 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Pesquisa brasileira de mídia 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília.

THOMPSON, John. **Mídia e Modernidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

UOL NOTÍCIAS. **Foto de Bolsonaro com "CPF cancelado" é criticada pela oposição**. 2021 – Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/04/25/foto-de-bolsonaro-com-cpf-cancelado-e-criticada-pela-oposicao.htm> Acessado em 14/12/2021.

VIANA, Tulio; SARKIS Jamilla. **Execrando suspeitos para atrair audiência: o uso de concessões públicas de TV para a prática de violação do direito constitucional à imagem**. In: CLEVE, Clemerson Merlin; FREIRE, Alexandre (coordenadores) Direitos Fundamentais e jurisdição constitucional: análise, crítica e contribuições. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2014.

Wacquant, Loïc. **A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada**

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 16, 2006, pp. 27-39.